



MAGAZINE LUIZA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 47.960.950/0001-21

NIRE 35.3.0010481.1

**MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

DATA: 09 DE ABRIL DE 2020

HORÁRIO: 11:30 HORAS

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	3
2. EDITAL DE CONVOCAÇÃO	4
3. INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA	6
4. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO	6
5. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS:.....	9
6. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	11
7. MODELO DE PROCURAÇÃO.....	15
ANEXO I.....	17
ANEXO II.....	23
ANEXO III.....	78
ANEXO IV	111

1. APRESENTAÇÃO

O presente manual (“**Manual**”) tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações a V.Sa. acerca das matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária (“**AGO**”) do Magazine Luiza S.A. (“**Companhia**”), a ser realizada no próximo dia 09 de abril de 2020, às 11:30 horas, no escritório da Companhia, localizado na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Arnulfo de Lima, nº 2.385, Vila Santa Cruz, conforme Edital de Convocação, divulgado e anexo a este Manual, as quais estão discriminadas e detalhadas neste documento.

Assim, nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 481**”) e das disposições do estatuto social da Companhia, seguem, neste Manual, as informações a respeito dos procedimentos e prazos relativos à AGO, bem como a apresentação da proposta da Administração.

2. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

MAGAZINE LUIZA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 47.960.950/0001-21
NIRE 35.3.0010481.1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas do Magazine Luiza S.A. (“**Magalu**” ou “**Companhia**”) convocados para a Assembleia Geral Ordinária (“**AGO**”), a ser realizada em 09 de abril de 2020, às 11:30 horas, no escritório da Companhia, localizado na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Arnulfo de Lima, nº 2.385, Vila Santa Cruz, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (i) apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;
 - (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo distribuição de dividendos;
 - (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia;
 - (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia; e
 - (v) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020.
1. **Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *website* da Companhia (<http://ri.magazineluiza.com.br>), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.bmfbovespa.com.br), conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 481**”).

2. **Participação dos acionistas na AGO.** Poderão participar da AGO ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia (“**Acionistas**”), por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de voto à distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração.

Os Acionistas que optarem por participar presencialmente ou por procurador devidamente constituído deverão comparecer à AGO munidos dos seguintes documentos: (a) documento de identidade, o comprovante de titularidade de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; e, se for o caso, (b) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos da Instrução CVM 481, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes na Proposta da Administração.

3. **Apresentação dos Documentos para Participação na AGO.** Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, solicita-se aos acionistas da Companhia o depósito dos documentos relacionados no item 2 acima, (i) preferencialmente, no escritório de negócios da Companhia localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amazonas da Silva, nº 27, Vila Guilherme; ou (ii) alternativamente, no escritório da Companhia, na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Arnulfo de Lima, nº 2.385, Vila Santa Cruz, aos cuidados da Diretoria de Relação com Investidores ou do Departamento Jurídico, no horário das 09:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, com antecedência mínima de 24 horas a contar da hora marcada para a realização da AGO, nos termos do artigo 16 do estatuto social da Companhia.

Franca, 09 de março de 2020.

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues

Presidente do Conselho de Administração

3. INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

A AGO instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, instalar-se-á com qualquer número de Acionistas presentes.

4. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO

A participação do Acionista na AGO poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído (observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações) ou por meio dos mecanismos de votação à distância.

4.1 Participação pessoalmente ou representado por procurador

Os Acionistas deverão apresentar-se na AGO, portando comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, bem como os seguintes documentos:

- (a) **pessoas físicas:** documento de identidade do Acionista, com foto;
- (b) **pessoas jurídicas:** cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e
- (c) **fundos de investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

Aos Acionistas que forem representados por meio de procuração, deverá ser apresentado o instrumento de mandato outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Aos Acionistas que se farão representar por meio de procuração, informamos que a Companhia exigirá o reconhecimento de firma das procurações assinadas no território brasileiro e a notariação, consularização e apostilação perante a Embaixada ou Consulado do Brasil daquelas assinados fora do país.

Juntamente com a procuração, cada Acionista que não for pessoa física ou que não assinar a procuração em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

A Companhia examinará a procuração e os documentos comprobatórios de representação e, se não puder validar a representação com base nos documentos recebidos, não entregará a procuração para o procurador, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 481.

Lembramos que, de acordo com artigo 16 do estatuto social da Companhia, os Acionistas representados por procurador deverão depositar o referido instrumento de mandato na sede da Companhia em até 24 horas antes da hora marcada para a realização da AGO.

Conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578), os Acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados na AGO

por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade representada e conforme as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”) ou da Lei das Sociedades por Ações, a depender do tipo societário do Acionista, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

4.2. Participação por mecanismo de voto à distância

Nos termos do artigo 21-A, §1º, inciso III da Instrução CVM 481, o Acionista poderá exercer seu direito de voto a distância e deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

4.2.1. Mediante instruções de voto transmitidas pelos Acionistas ao escriturador das ações da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Itaú Corretora de Valores S.A. (“**Itaú**”), na qualidade de escriturador das ações da Companhia.

Os acionistas elegíveis que desejarem utilizar esta opção deverão realizar um cadastro e possuir um certificado digital.

Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço: <http://www.itaubr.com.br/securitieservices/assembleiadigital>.

4.2.2. Mediante instruções de voto transmitidos pelos Acionistas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras (“**Agentes de Custódia**”) registradas na B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos Acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantêm suas posições em custódia.

O Acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantêm suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esse último, que, na sequência, encaminhará tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto à distância é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM 481, o Acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto à distância para seus Agentes de Custódia até 7 dias antes da data de realização da AGE, ou seja, até 02 de abril de 2020, inclusive, salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus Agentes de Custódia.

A Companhia informa que caso o respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância o Acionista terá a opção de enviar seu boletim de voto à distância e documentos aplicáveis diretamente ao escriturador das ações da Companhia ou à própria Companhia, conforme os itens 4.2.1 acima e 4.2.3 abaixo. A Companhia não é responsável pela comunicação entre os Acionistas e seus respectivos Agentes de Custódia.

4.2.3. Mediante envio do boletim de voto à distância preenchido e assinado diretamente à Companhia

Caso os Acionistas queiram encaminhar sua orientação de voto diretamente à Companhia, deverão acessar o *website* de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.magazineluiza.com.br/>) ou no *website* da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), imprimir o boletim de voto à distância, preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo.

Na sequência, deverão encaminhar o boletim de voto à distância devidamente preenchido, rubricado e assinado, juntamente com cópia autenticada dos documentos indicados abaixo, todos os quais deverão ser recebidos pela Companhia até o dia 03 de abril de 2020, inclusive, para os seguintes endereços postais: Magazine Luiza S.A., A/C Diretoria de Relações com Investidores, (i) preferencialmente, no escritório de negócios da Companhia localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amazonas da Silva, nº 27, Vila Guilherme, CEP 02051-000; ou (ii) alternativamente, no escritório da Companhia, na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Arnulfo de Lima, nº 2.385, Vila Santa Cruz, CEP 14403-471.

Documentação autenticada a ser encaminhada a Companhia juntamente com o boletim de voto à distância

O Acionista que optar por enviar o boletim de voto à distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar também os seguintes documentos: via física original do boletim de voto à distância devidamente preenchido, rubricado e assinado; comprovante da instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia (artigo 41 da Lei das Sociedades por Ações) para comprovar sua qualidade de acionista; e cópia autenticada dos seguintes documentos de identificação:

- (a) Pessoa Física: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do Acionista ou de seu representante legal, quando representado por procurador, cópia autenticada do documento que comprove os poderes do signatário;
- (b) Pessoa Jurídica: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal; contrato / estatuto social consolidado e atualizado; e documentos societários que comprovem os poderes de representação do acionista; e
- (c) Fundo de Investimento: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal; regulamento consolidado e atualizado; estatuto / contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo; e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país.

Observamos que, antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

Solicitamos ao Acionista que também antecipe o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do boletim de voto à distância e dos documentos acima referidos para o seguinte endereço eletrônico: ri@magazineluiza.com.br. De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original do boletim de voto à distância e cópia autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo Acionista até o dia 03 de abril de 2020, inclusive, nos seguintes endereços postais: Magazine Luiza S.A., A/C Diretoria de Relações com Investidores, (i) preferencialmente, no escritório de negócios da Companhia localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amazonas da Silva, nº 27, Vila Guilherme, CEP 02051-000; ou (ii) alternativamente, no escritório da Companhia, na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Arnulfo de Lima, nº 2.385, Vila Santa Cruz, CEP 14403-471.

Em até 3 (três) dias contados do recebimento das vias físicas dos referidos documentos, a Companhia enviará aviso ao Acionista, por meio do endereço eletrônico indicado pelo Acionista no boletim de voto à distância, a respeito do recebimento dos documentos e de sua aceitação.

O boletim de voto à distância e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até 6 dias antes da data de realização da AGE, ou seja, até 03 de abril de 2020, inclusive. Eventuais boletins de voto à distância recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

5. IDENTIFICAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES EM ASSEMBLEIA GERAL

Nos termos do item 5.2.3 do Código Brasileiro de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, a Companhia possui mecanismos de administração de conflitos de interesses nas votações submetidas à assembleias gerais da Companhia.

Caso os Acionistas identifiquem durante a realização da Assembleia Geral conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, o Presidente da Assembleia Geral deverá ser informado em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias sob análise, para que o membro em questão seja ausentado imediatamente das discussões sobre o tema. Adicionalmente, os Acionistas que tenham conhecimento de situação de conflito de interesses em relação a outro Acionista deverão conduzir o mesmo procedimento, informando o Presidente da Assembleia Geral o nome do Acionista, a matéria objeto da deliberação e a existência do conflito, para que o Acionista em questão seja ausentado imediatamente das discussões sobre o tema e abstenha-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais Acionistas que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. Caso o Presidente da Assembleia Geral confirme a situação de Acionista conflitado, e este se recuse a abster-se das deliberações, o próprio Presidente da Assembleia Geral deverá determinar a anulação dos votos por ele proferidos.

Caso seja identificado uma situação de conflito de interesses por um membro de órgão deliberativo da Companhia ou por um Acionista e não seja comunicado na Assembleia Geral em questão, os Acionistas deverão informar à Companhia em até 15 (quinze) dias da data da Assembleia Geral para que a administração da Companhia possa tomar as medidas cabíveis em relação àquela deliberação.

6. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS:

Nos termos da Instrução CVM 481, os documentos de interesse dos Acionistas para a participação na AGO estão anexos a este Manual e também disponíveis na sede e no *website* da Companhia

(<http://ri.magazineluiza.com.br>), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.bmfbovespa.com.br).

Para auxiliar os Acionistas representados por procuradores que decidirem participar da AGO, apresentamos, no item 8 deste Manual uma sugestão de modelo de Procuração que poderá ser usado pelo Acionista, a seu exclusivo critério.

Franca, 09 de março de 2020.

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues

Presidente do Conselho de Administração

7. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

(i) Apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 58 a 69), no dia 19 de fevereiro de 2020, e no jornal Valor Econômico (páginas E5 a E9), na edição do dia 19 de fevereiro de 2020, dispensando-se, portanto, a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do parágrafo quinto do referido artigo.

(ii) Aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo distribuição de dividendos

A Companhia apurou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, lucro líquido no valor de R\$921.827.839,06 (novecentos e vinte e um milhões, oitocentos e vinte e sete mil, oitocentos e trinta e nove reais e seis centavos). A Administração propõe:

- (a) a alocação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, ajustado pela destinação à reserva de incentivos fiscais, equivalente a R\$43.356.523,36 (quarenta e três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos) para reserva legal;
- (b) o pagamento de dividendos no valor de R\$290.914.000,00 (duzentos e noventa milhões, novecentos e quatorze mil reais), correspondentes 31,56% (trinta e um vírgula cinquenta e seis por cento) do lucro líquido aos Acionistas da Companhia, ajustado após a destinação para a reserva legal, em adição aos R\$112.000.000,00 (cento e doze milhões de reais) já declarados aos Acionistas da Companhia a título de juros sobre o capital próprio, conforme deliberação do Conselho de Administração em 30 de setembro de 2019, e aos R\$58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de reais), já declarados aos Acionistas da Companhia a título de Juros Sobre o Capital Próprio, conforme deliberação do Conselho de Administração em 23 de dezembro de 2019, totalizando a distribuição de R\$460.914.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões, novecentos e quatorze mil reais) aos Acionistas da Companhia, correspondente a 50,00% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado após a destinação para a reserva legal, ou seja, superior ao dividendo mínimo obrigatório de 15% previsto no estatuto social da Companhia;
- (c) a destinação de R\$54.697.371,82 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e sete mil, trezentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos), à reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações; e
- (d) a destinação do restante do lucro líquido, no valor de R\$362.859.943,88 (trezentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e três reais e oitenta e oito centavos) à reserva de reforço de capital de giro.

A proposta completa de destinação do resultado, na forma do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481, consta do Anexo I deste Manual.

De acordo com o disposto no artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481, a Companhia informa aos Acionistas que os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia,

referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, estão previstos no Anexo II deste Manual.

(iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no Estatuto Social

(iii.1.) Número de Cargos a serem preenchidos:

O Conselho de Administração da Companhia é constituído por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 07 (sete) membros, eleitos em Assembleia Geral, com mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição, nos termos dos artigos 18 e 19 do estatuto social da Companhia.

O Acionista Controlador propõe que: (i) o Conselho de Administração seja composto por 07 (sete) membros titulares; e (ii) sejam reeleitos 07 (sete) dos atuais membros do Conselho de Administração.

(iii.2.) Adoção do Voto Múltiplo:

A eleição dos membros do conselho de administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 481 e da Instrução da CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 (“**Instrução CVM 367**”), sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os Acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos da Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada (“**Instrução CVM 165**”), observado o prazo legal de 48 horas de antecedência da realização da AGO para o exercício de tal faculdade.

(iii.3.) Candidatos indicados pelo Acionista Controlador:

Propõe-se a reeleição dos conselheiros abaixo indicados, e o Conselho de Administração da Companhia a ter a seguinte composição:

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues

Marcelo José Ferreira e Silva

Carlos Renato Donzelli

Conselheiros Independentes

Inês Corrêa de Souza

José Paschoal Rossetti

Betania Tanure de Barros

Sílvio Romero de Lemos Meira

Em observância ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481, a Companhia fornece aos Acionistas, no Anexo III deste Manual, as informações dos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela Administração ou pelos Acionistas Controladores para o Conselho de Administração.

(iii.4.) Indicação de outros candidatos por acionista não controlador:

Os Acionistas não controladores poderão indicar, presencialmente, durante a realização da AGO, outros candidatos ao Conselho de Administração, desde que atendam aos requisitos

para adoção do processo de voto múltiplo ou da votação em separado, nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 165 e da Instrução CVM 481, conforme abaixo, devendo tais indicações serem acompanhadas das informações solicitadas nos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência para divulgação aos Acionistas presentes à AGO.

- (a) Para adoção do processo de voto múltiplo: 5% (cinco por cento) do capital social total votante, em consonância com o artigo 4º da Instrução CVM 481, combinado com a Instrução CVM 165.
- (b) Para exercício da votação em separado: 10% (dez por cento) dos acionistas titulares de ações com direito a voto, em consonância com entendimento do Colegiado da CVM na reunião de 08 de novembro de 2005 (Processo CVM RJ 2005/5664).

(iv) Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia

O Conselho Fiscal da Companhia compõe-se de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos, nos termos do artigo 32, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia e do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações.

A Administração propõe que o Conselho Fiscal seja composto por 03 (três) membros titulares e igual número de suplentes, de forma que, conforme artigo 161 da Lei das Sociedades Por Ações, 02 (dois) membros titulares e 02 (dois) membros suplentes sejam eleitos pelo Acionista Controlador, e 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente sejam eleitos pelos acionistas minoritários.

(iv.1.) Candidatos indicados pelo Acionista Controlador:

Propõe-se a reeleição dos atuais Conselheiros Fiscais efetivos e suplentes abaixo indicados, com a seguinte composição:

Conselheiros Efetivos

José Antônio Palamoni

Walbert Antônio dos Santos

Suplentes

Mauro Marangoni

Robinson Leonardo Nogueira

(iv.2.) Candidatos Indicados pela Alaska Investimentos LTDA.:

A Administração recebeu da Alaska Investimentos LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 600, conjunto 73, Itaim Bibi, CEP: 04532-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.752.203/0001-50, com seus atos constitutivos devidamente arquivados e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”) sob o NIRE nº 35224205829, em sessão de 24 de março de 2010, gestora dos fundos ALASKA BLACK MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - BDR NÍVEL I, ALASKA RANGE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, ALASKA BLACK INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES e ALASKA 70 ICATU PREVIDENCIARIO FIFE FIM, titulares em conjunto de 18.567.020 ações

representativas de 1,14% do capital social da Companhia (“**Alaska**”), Acionista da Companhia, a indicação de reeleição dos seguintes candidatos ao Conselho Fiscal:

Conselheiro Efetivo

Eduardo Christovam Galdi Mestieri

Suplente

Thiago Costa Jacinto

As informações solicitadas nos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência relativas aos candidatos indicados pela Alaska constam do Anexo III deste Manual.

(iv.3.) Indicação de outros candidatos por acionista não controlador:

Os Acionistas não controladores poderão indicar, presencialmente, durante a realização da AGO, outros candidatos ao Conselho Fiscal, desde que atendam aos requisitos para votação em separado – 10% (dez por cento) dos acionistas titulares de ações com direito a voto –, nos termos do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM nº 324, de 14 de janeiro de 2000 e da Instrução CVM 481, devendo tais indicações serem acompanhadas das informações solicitadas nos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência para divulgação aos Acionistas presentes à AGO.

(v) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020

Compete à AGO fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Propõe-se a verba remuneratória global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, para o exercício social de 2020, em R\$77.030.739,00 (setenta e sete milhões, trinta mil, setecentos e trinta e nove reais).

Adicionalmente, nos termos do artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, propõe-se a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício social de 2020, em R\$432.000,00 (quatrocentos e trinta e dois reais), respeitando-se, assim, a remuneração não inferior a 10% (dez por cento) para cada membro, sobre a que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia, não computando benefícios, verbas da representação e participação nos lucros.

Em observância ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM 481, além da proposta de remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal acima formulada, a Companhia apresenta as informações do item 13 do Formulário de Referência no Anexo IV deste Manual.

8. MODELO DE PROCURAÇÃO

A Companhia não envia aos seus Acionistas pedidos públicos de procuração. O modelo apresentado abaixo se destina exclusivamente a fornecer aos Acionistas uma sugestão de minuta de procuração adequada à representação na AGO. O uso deste modelo pelos Acionistas é facultativo. A Companhia aceitará procurações que não sigam a referida minuta, desde que atendam aos requisitos legais aplicáveis aos instrumentos de mandato destinados à representação em assembleias gerais de acionistas.

“PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, [acionista], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [●] e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob nº [●], residente e domiciliado na cidade de [●], Estado de [●], com escritório na cidade de [●], Estado de [●], na [●] (“Outorgante”), nomeia como seu procurador o Sr. [procurador], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [●] e inscrito no CPF/MF sob nº [●], residente e domiciliado na cidade de [●], Estado de [●], com escritório na cidade de [●], Estado de [●], na [●] (“Outorgado”), outorgando poderes para representar o Outorgante, na qualidade de acionista, titular de [●] ações ordinárias nominativas, de emissão do **MAGAZINE LUIZA S.A.** (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se no dia 09 de abril de 2020, às 11:30 (“AGO”), no escritório da Companhia localizado na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Arnulfo de Lima, nº 2.385, Vila Santa Cruz, CEP 14403-471, lançando seu voto em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O Outorgado terá poderes limitados ao comparecimento à AGO e ao lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O Outorgado fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de [●] dias, a partir da presente data.

[cidade], [●] de [●] de 2020.

[ACIONISTA]

Orientação de Voto	
Matéria da Ordem do Dia	Voto Favorável ou Contrário à Proposta da Administração (O Acionista deve marcar ao lado do sentido de voto escolhido)
(i) Apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se
(ii) Aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo distribuição de dividendos.	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se
(iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia.	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se
(iv) Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia.	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se
(v) Aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020.	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se

[ACIONISTA]

ANEXO I

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(conforme artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM 481 na forma do Anexo 9-1-II)

1. Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia auferiu lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$921.827.839,06 (novecentos e vinte e um milhões, oitocentos e vinte e sete mil, oitocentos e trinta e nove reais e seis centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 proposto pela Administração da Companhia é de R\$460.914.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões, novecentos e quatorze mil reais), dos quais (i) R\$112.000.000,00 (cento e doze milhões de reais) referem-se aos juros sobre capital próprio aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 30 de setembro de 2019, cujo valor bruto por ação é de R\$0,0736066061, e (ii) R\$58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de reais) referem-se aos juros sobre capital próprio aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de dezembro de 2019, cujo valor bruto por ação é de R\$0,0357891574; e (iii) R\$290.914.000,00 (duzentos e noventa milhões, novecentos e quatorze mil reais) referem-se aos dividendos adicionais, cujo valor bruto por ação será de R\$ 0,1795085564¹.

Descrição	Data de Pagamento	Valor Bruto por Ação	Valor Bruto Total
Dividendo	Até 30 dias após a AGO	R\$ 0,1795085564	R\$290.914.000,00
Juros Sobre Capital Próprio	Até 30 dias após a AGO	R\$ 0,0736066061	R\$112.000.000,00
Juros Sobre Capital Próprio	Até 30 dias após a AGO	R\$0,0357891574	R\$58.000.000,00

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Os dividendos propostos pela Administração, no valor de R\$460.914.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões, novecentos e quatorze mil reais), correspondem a 50,00% (cinquenta por cento) do lucro líquido.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

¹ Valor estimado, que pode ser modificado em razão de alienação de ações em tesouraria no âmbito do Plano de Recompra de Ações da Companhia.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

A Companhia possui atualmente 1.620.613.556 (um bilhão, seiscentos e vinte milhões, seiscentos e treze mil, quinhentas e cinquenta e seis) ações, já deduzidas as ações em tesouraria em 09 de março de 2020.

Descrição	Valor Bruto por Ação
Dividendo	R\$ 0,1795085564
Juros Sobre Capital Próprio (aprovado em 30 de setembro de 2019)	R\$ 0,0736066061
Juros Sobre Capital Próprio (aprovado em 23 de dezembro de 2019)	R\$0,0357891574

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A Administração propõe que os dividendos e os juros sobre capital próprio sejam pagos em até 30 (trinta) dias a contar da data de realização da AGO.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Farão jus aos dividendos os acionistas registrados como tal em 13 de abril de 2020, sendo que as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas ex-dividendos a partir de 14 de abril de 2020, inclusive.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

R\$112.000.000,00 (cento e doze milhões de reais) declarados como juros sobre capital próprio em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 30 de setembro de 2019; e

R\$58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de reais) declarados como juros sobre capital próprio em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 23 de dezembro de 2019.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

A Administração propõe que os dividendos e os juros sobre capital próprio, após a aprovação de suas declarações em AGO, sejam pagos em até 30 (trinta) dias a contar da data da realização da AGO.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe

(em R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Lucro Líquido	921.827.839,06	597.429.013,55	389.022.252,18
Dividendos distribuídos²	460.914.000,00	182.000.000,00	125.000.000,00
Valor por Ação	0,2844070990 ³	0,3703355725 ³	0,66053187056 ³

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração propõe a destinação de R\$43.356.523,36 (quarenta e três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos) para a reserva legal, valor este que corresponde a 5% (cinco por cento) do lucro líquido⁴ do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Cálculo da Reserva Legal	Valor (R\$)
Lucro Líquido ("LL") ⁴	921.827.839,06
Reserva Legal – 5% LL	43.356.523,36

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

² Considera o valor total dos dividendos e dos juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social.

³ Valor estimado, que pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e por eventual aquisição de ações no âmbito do Plano de Recompra de Ações da Companhia. Vide observações de cálculo presente no quadro do item 2 acima.

⁴ Conforme orientação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, uma vez que a subvenção de investimentos deve ser integralmente destinada para constituição da reserva de incentivos fiscais, esta deve ser excluída da base de cálculo da reserva legal.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O artigo 33, parágrafo único, do estatuto social da Companhia estabelece que o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do lucro líquido do exercício; (c) o lucro remanescente, ressalvadas deliberações em contrário da assembleia geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

A recomendação da Administração de distribuição pela AGO de dividendos contempla o pagamento da integralidade dos dividendos obrigatórios.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, uma vez que Administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável, uma vez que Administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, uma vez que Administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, uma vez que Administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 33, parágrafo único, do estatuto social da Companhia estabelece que, após deduzida a reserva legal e pago o dividendo mínimo obrigatório, o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da assembleia geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

b. Identificar o montante destinado à reserva

A Administração propõe a destinação de R\$362.859.943,88 (trezentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e três reais e oitenta e oito centavos) para a reserva de reforço de capital de giro.

c. Descrever como o montante foi calculado

Descrição	Valor (R\$)
Lucro Líquido ("LL")	921.827.839,06
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	54.697.371,82
(-) Reserva Legal – 5% LL	43.356.523,36
(-) Juros Sobre Capital Próprio (declarados)	170.000.000,00

(-) Dividendos	290.914.000,00
Reserva de Reforço de Capital de Giro (Total)	362.859.943,88

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo orçamento de capital para o ano de 2019.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo orçamento de capital para o ano de 2019.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

A Administração propõe a destinação de R\$54.697.371,82 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e sete mil, trezentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos), à reserva de incentivos fiscais, conforme determina o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

b. Explicar a natureza da destinação

O montante a ser destinado à reserva de incentivos fiscais é oriundo de créditos presumidos de ICMS caracterizado como subvenção para investimento.

ANEXO II

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(conforme artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo IASB.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de caixa, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto e de longo prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, a Companhia melhorou significativamente os indicadores de estrutura de capital e liquidez, conforme apresentamos abaixo.

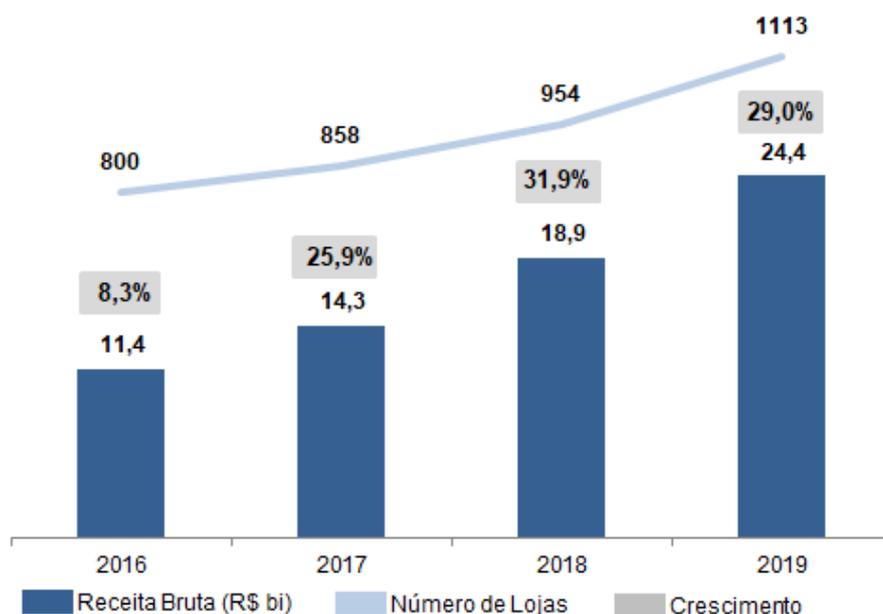
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$848,8 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$4.754,1 milhões, perfazendo uma dívida líquida positiva de R\$3.905,3 milhões, equivalente a 2,2 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. No mesmo período, o caixa líquido ajustado totalizou R\$6.295,8 milhões, equivalente a 3,5 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. O caixa líquido ajustado passou de R\$2.151,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$6.295,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$4.144,3 milhões no período. A variação de caixa líquido ajustado foi reflexo de um (i) aumento de R\$392,9 milhões no saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante), que passou de R\$456,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$848,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, reflexo da captação de recursos realizada através da 4ª emissão de notas promissórias comerciais concluída em junho de 2019, e (ii) do aumento de R\$4.537,2 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito de terceiros e partes relacionadas, que passou de R\$2.607,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$7.144,6 milhões em 31 de Dezembro de 2019, principalmente devido à forte geração de caixa no período e à bem sucedida oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019, no montante de R\$4,3 bilhões. Em 31 de dezembro de 2019, o capital de giro ajustado foi negativo em R\$1.841,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$456,0 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava

R\$1.008,4 milhões, perfazendo caixa líquido de R\$552,4 milhões, equivalente a 0,4 vezes o EBITDA. No mesmo período, o caixa líquido ajustado totalizou R\$2.151,4 milhões, equivalente a 1,7 vezes o EBITDA. O caixa líquido ajustado passou de R\$1.663,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.151,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R\$488,1 milhões no exercício social. A variação de caixa líquido ajustado foi reflexo da redução de R\$415,5 milhões no saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante), que passou de R\$871,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$456,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, reflexo dos pagamentos de empréstimos e financiamentos no período, e do aumento de R\$72,5 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito (circulante e não circulante), que passou de R\$2.534,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.607,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função da melhoria dos resultados e gestão do variação do capital de giro. Em dezembro de 2018, o capital de giro ajustado foi negativo em R\$1.270,7 milhões.

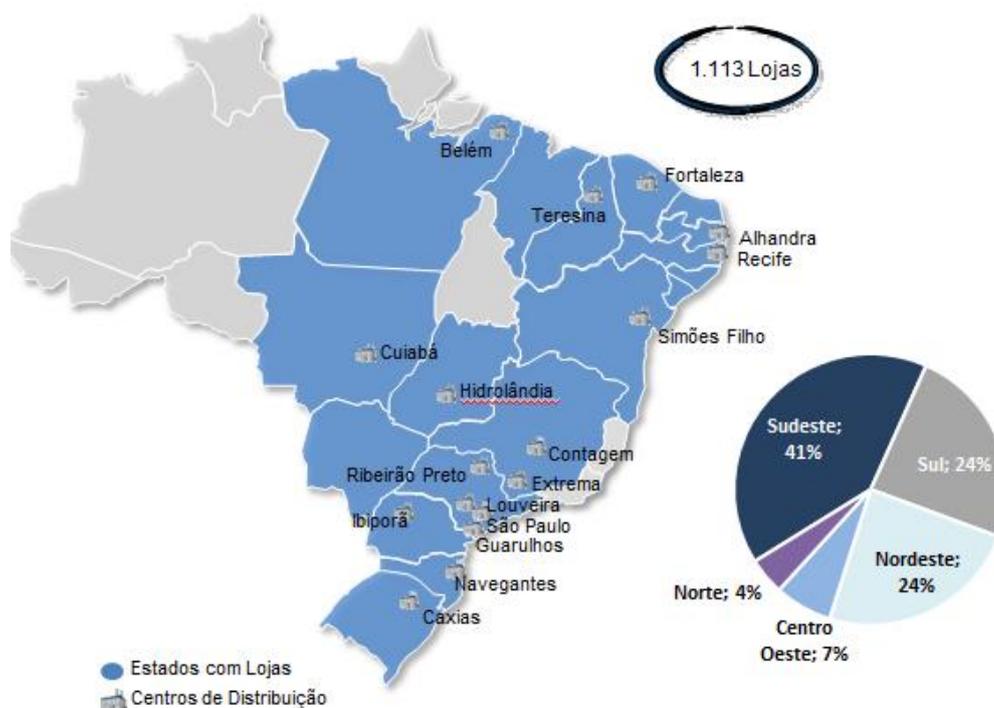
Nos últimos três exercícios sociais, o número de lojas passou de 858 em 2017 para 1.113 em 31 de dezembro de 2019. A Companhia continuou o ritmo de abertura orgânica de lojas ao longo dos últimos anos, somando 58 lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, 96 lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 159 novas lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A receita bruta atingiu R\$24.377,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 29,0% em relação ao mesmo período em 2018. A receita bruta atingiu R\$18.896,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 32% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.



Magazine Luiza é um dos maiores varejistas brasileiros, e oferece uma ampla gama de produtos e serviços para brasileiros de todas as classes através de uma plataforma de varejo multicanal (dispositivos móveis, site e lojas físicas). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia operava 1.113 lojas e 17 centros de distribuição estrategicamente localizados em 18 estados brasileiros e contava com mais de 34 mil colaboradores e uma base de cerca de 25

milhões de clientes ativos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia operava 954 lojas e 12 centros de distribuição estrategicamente localizados em 16 estados brasileiros. Nessa mesma data, a Companhia contava com mais de 27 mil colaboradores e uma base de aproximadamente 17 milhões de clientes ativos.



Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Receita bruta	24.377,1	18.896,5	14.321,1
Receita líquida	19.886,3	15.590,4	11.984,3
Lucro bruto	5.554,0	4.537,4	3.606,0
Margem bruta ⁽¹⁾	27,9%	29,1%	30,1%
Lucro líquido	921,8	597,4	389,0
Margem líquida ⁽²⁾	4,6%	3,8%	3,2%
EBITDA ⁽³⁾	1.775,5	1.245,2	1.030,8
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	8,9%	8,0%	8,6%
Crescimento nas vendas mesmas lojas físicas ⁽⁵⁾	7,8%	18,6%	14,3%
Crescimento nas vendas internet ⁽⁶⁾	76,0%	60,1%	60,9%
Quantidade de lojas - Final do Período	1113	954	858

Área de Vendas - Final do Período (M²)	648.227	572.394	525.981
--	---------	---------	---------

- (1) A margem bruta é calculada pelo lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas.
- (2) A margem líquida é calculada pelo lucro líquido (prejuízo) dividido pela receita líquida de vendas.
- (3) O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"). Para a reconciliação do EBITDA para o lucro líquido (prejuízo), vide seção "3.2 – Medições não contábeis".
- (4) A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.
- (5) Inclui as vendas de lojas convencionais e lojas virtuais da Companhia abertas a mais de 12 meses.
- (6) Inclui as vendas do e-commerce tradicional (com estoque próprio) e as vendas na plataforma de marketplace.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido totalizava R\$ 7.564,9 milhões, enquanto a dívida bruta era de R\$848,8 milhões e o caixa líquido ajustado era de R\$6.295,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido totalizava R\$2.302,9 milhões, enquanto a dívida bruta era de R\$456,0 milhões e o caixa líquido ajustado era de R\$2.151,4 milhões. Ao longo dos últimos anos, a Companhia reduziu de forma significativa sua dívida líquida ajustada passando para uma posição de caixa líquido ajustado, por meio de uma evolução nos resultados operacionais e na melhor relação entre os níveis de estoque e saldo de fornecedores a pagar. Vale destacar que, em 14 de junho de 2019, Companhia concluiu a aquisição da Netshoes e realizou o pagamento integral. Em novembro de 2019, a Companhia concluiu uma oferta subsequente de ações no montante de R\$4,3 bilhões, que contribuiu para fortalecer sua posição de caixa líquido e, conseqüentemente, reforçar sua estrutura de capital.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de		
	dezembro de		
	2019	2018	2017
Patrimônio Líquido	7.564,9	2.302,9	2.074,0
Dívida Bruta ⁽¹⁾	(848,8)	(456,0)	(871,5)
Caixa (Dívida) Líquido ⁽²⁾	3.905,3	552,4	800,8

(1) Dívida bruta corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante). A Dívida bruta não é medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão.

(2) O Caixa (Dívida) Líquido é calculado como o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) (Dívida Bruta) subtraído do saldo do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes). O Caixa (Dívida) Líquido não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no

Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Cumprimos todas as nossas obrigações financeiras até a data deste Formulário de Referência, bem como mantivemos assiduidade nos pagamentos desses compromissos. Nos últimos exercícios sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros. No exercício social de 2019, considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades e investimentos, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, atingimos lucro líquido R\$921,88 milhões e R\$1.775,5 milhões de EBITDA (margem EBITDA de 8,9%). O crescimento das vendas totais e a contribuição positiva do e-commerce contribuíram para uma evolução do lucro líquido e, conseqüentemente, do EBITDA. Além disso, o lucro líquido e o EBITDA do período foram influenciados pelo início da adoção inicial do IFRS 16 e por efeitos tributários, conforme apresentados nas demonstrações financeiras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais foi de R\$3.329,5 milhões. Em função dos recursos captados através da oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019, a Companhia manteve parte significativa do seu caixa aplicado como títulos e valores mobiliários e manteve recebíveis não descontados em seu ativo. Portanto, ao considerar as linhas de Títulos e Valores Mobiliários e Recebíveis de Cartão de Crédito como Caixa o fluxo de caixa ajustado gerado pelas atividades operacionais foi de R\$1.501,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta da Companhia era de R\$848,8 milhões e o caixa líquido ajustado totalizou R\$6.295,8 milhões, representando 3,5x vezes o EBITDA de doze meses do mesmo período. Em 31 de dezembro de 2019, 98,8% da dívida bruta da Companhia consistia em empréstimos e financiamentos não circulante (longo prazo).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, atingimos lucro líquido R\$597,4 milhões e R\$1.245,2 milhões de EBITDA (margem EBITDA de 8,0%). O crescimento das vendas totais, a contribuição positiva do e-commerce e a diluição das despesas operacionais contribuíram para uma evolução do lucro líquido e, conseqüentemente, do EBITDA. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$1.236,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, nossa dívida bruta era de R\$456,0 milhões e o caixa líquido ajustado totalizou R\$2.151,4 milhões, representando 1,7x vezes o EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, 71% da nossa dívida bruta consistia em empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros não circulante (longo prazo).

(R\$ milhões, exceto %)

Exercício social encerrado em 31 de
dezembro de

	2019	2018	2017
Fluxo de Caixa gerado pelas atividades operacionais	(3.329,6)	1.236,2	19,5
Fluxo de Caixa Ajustado gerado pelas atividades operacionais	1.501,0	1.123,7	1.040,2
Dívida Bruta ⁽¹⁾	(848,8)	(456,0)	(871,5)
Caixa (Dívida) Líquido ⁽²⁾	3.905,3	552,4	800,8
Caixa (Dívida) Líquido Ajustado ⁽²⁾	6.295,8	2.151,4	1.663,4
Dívida Bruta – circulante (curto prazo)	1,2%	28,7%	50,0%
Dívida Bruta – não circulante (longo prazo)	98,8%	71,3%	50,0%
Caixa (Dívida) Líquido Ajustado / EBITDA	3,5 x	1,7 x	1,6 x

(1) Corresponde ao saldo de empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante)

(2) O Caixa (dívida) líquido ajustado refere-se ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (Dívida Bruta) subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes) e do contas a receber de cartões de crédito não descontado (terceiros e de partes relacionadas). O caixa (dívida) líquido ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS). Para a reconciliação da dívida líquida com a dívida bruta, vide a seção “3.2 – Medições não contábeis”.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nosso capital de giro é financiado pela geração de caixa e, quando necessário, por recursos de terceiros. Nossos ativos operacionais de curto prazo são compostos, principalmente, pelos estoques, contas a receber e impostos a recuperar, a maior parte decorrentes de ICMS substituição tributária. Do lado passivo, contamos principalmente com nossos fornecedores de mercadorias para revenda.

Para o financiamento de nossos investimentos em ativos não circulantes, contamos com geração de caixa e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de primeira linha. A tabela abaixo apresenta o nosso capital de giro.

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de		
	dezembro de		
	2019	2018	2017
Ativo Circulante	12.841,2	6.412,4	5.257,6
Passivo Circulante	8.002,6	5.388,6	4.136,0
Capital de Giro ⁽¹⁾	548,8	328,3	(52,1)
Capital de Giro Ajustado ⁽²⁾	(1.841,7)	(1.270,7)	(914,7)
Capital Fixo ⁽³⁾	3.565,0	1.604,1	1.389,6

(1) O Capital de Giro não é uma medida contábil reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS) e não possui significado padrão. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) O Capital de Giro Ajustado refere-se ao Capital de Giro menos o saldo de contas a receber de cartões de crédito terceiros e de partes relacionadas. O Capital de Giro Ajustado não é uma medida contábil reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) O Capital Fixo não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os nossos Diretores acreditam que a nossa geração de caixa operacional é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais divergências entre as disponibilidades com montantes vencidos no curto prazo, contamos também com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nosso endividamento é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, cuja finalidade principal é prover recursos para nossos investimentos, como: aberturas de novas lojas, investimentos em tecnologia e logística, além do alongamento do endividamento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, os nossos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) apresentavam saldo de R\$871,5 milhões, R\$456,0 milhões e R\$848,8 milhões, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta as principais características das operações como, taxa de juros e o saldo devedor em cada data-base indicada:

Modalidade	Encargos	Vencimento	Em 31 de dezembro de		
			2019	2018	2017
<i>(em R\$ mil)</i>					
FINEP/BNB	4% a.a. a 7% a.a.	dez/22	24.419	32.556	40.694
Capital de Giro	110% a 125,32% do CDI	dez/18	-	-	304.119
Arrendamentos Financeiros	Mercantis 2,5% a.a. a CDI + 2,88% a.a.	jul/21	1.868	2.935	9.226
Debêntures e NP	104% a 113,5% do CDI	jun/21	822.542	420.476	517.459
Total			848.829	455.967	871.498
Passivo Circulante			9.967	130.743	434.294
Passivo não Circulante			838.862	325.224	437.204

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores.

FINEP

Em 28 de Maio de 2014, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$45,0 milhões, a serem liberados em quatro parcelas, e com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas, garantido por fiança bancária. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros equivalente a 4,0% ao ano. O contrato deve ser pago em 73 parcelas, com prazo de carência de 30 meses, sendo a primeira parcela da amortização devida em 15 de dezembro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2022. Em julho de 2016 foi liberado a última parcela e, portanto, a totalidade dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo em aberto desse contrato era de R\$ 22.215 milhões.

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

- Contrato de Abertura de Crédito – dezembro 2014

Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., contrato de abertura de crédito no valor de R\$44,2 milhões a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, com taxa de juros pactuada em 8,24% ao ano, com incentivo para a adimplência de 15%, portanto, uma taxa final de 7% a.a. O contrato possui carência de 24 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 5 de janeiro de 2017, e a última em 5 de dezembro de 2022, devendo nessa data, serem liquidadas todas as obrigações financeiras remanescentes. O contrato possui aval da LTD Administração e Participações S.A., que se obriga, na qualidade de interveniente fiadora, pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia nesse contrato, bem como fiança bancária. Em 30 de setembro de 2019 o saldo em aberto desse contrato era de R\$ 2,4 milhões.

Do limite de crédito liberado a Companhia teve o desembolso de R\$ 4.382.182,00 e tomou a decisão de realizar a baixa do limite de crédito aprovado, portanto, não será realizado mais desembolsos referentes este contrato.

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo em aberto desse contrato era de R\$ 2.203 milhões.

Debêntures

- 7º Emissão

Em 31 de julho de 2017, foram emitidas 300.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$300 milhões, que serão destinados ao alongamento do endividamento da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 3 anos, vencendo, portanto, em 31 de julho de 2020. As debêntures não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios, calculados a partir da data de subscrição, que foi no dia 18 de agosto de 2017, correspondentes a 113,5% do CDI. As debêntures não contam com qualquer tipo de

garantia. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será realizada integralmente na data do vencimento.

A escritura de emissão contém cláusulas usuais de vencimento antecipado.

No dia 31 de dezembro de 2019 a Companhia realizou o Evento de Resgate Antecipado Total, Juros e Prêmio para a 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples.

Notas Promissórias Comerciais

- 4ª Emissão

Em 18 de junho de 2019, a Companhia promoveu sua 4ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única no valor total de R\$800 milhões, tendo emitido um total de 160 notas comerciais com valor unitário de R\$5 milhões mediante taxa de juros de 104% da Taxa DI.

Esta emissão ocorreu sem garantia, com esforços restritos de colocação, no âmbito da Instrução CVM 476. A amortização do valor nominal unitário das Notas Promissórias será realizada integralmente em 18 de junho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo em aberto desse contrato era de R\$ 822,5 milhões.

A cártula de emissão contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Para maiores informações sobre nosso endividamento de curto e longo prazo, vide item 3.7 deste Formulário de Referência.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, não possuíamos qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, mantemos relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro. Adicionalmente, firmamos (i) com o Itaú Unibanco e com o Banco Itaucard S.A. um Acordo de Associação relativo à nossa operação com a Luizacred, nossa controlada em conjunto financeira; e (ii) com a Cardif um Acordo relativo à nossa operação com a Luizaseg, nossa controlada em conjunto que oferece trabalho de seguros com garantia estendida e outros seguros.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, estamos cumprindo com todas as obrigações constantes nos nossos contratos de empréstimos e financiamentos, firmados junto às instituições financeiras, incluindo as notas promissórias.

Essas obrigações referem-se a determinadas restrições, incluindo o atingimento de índices financeiros, distribuição de dividendos, alienação de ativos e alienação de controle societário, dentre outras cláusulas usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

<p>7ª Emissão de Debêntures e 4ª Emissão de Notas promissórias Comerciais</p>	<p>As debêntures e a nota promissória serão consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência dos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou não pecuniárias relativas às Debêntures; (ii) caso a Companhia não mantenha a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada⁽¹⁾ / EBITDA Ajustado⁽²⁾ não superior a 3,0 vezes, sendo apurada trimestralmente, levando em consideração, para cálculo do EBITDA, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos financeiros; (iii) ocorrer mudança do acionista controlador direto ou indireto da Companhia, conforme definido no artigo 116 de Lei das Sociedades por Ações; (iv) ocorrer cisão, fusão ou incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, que resulte em alteração de controle da Companhia e/ou qualquer de suas controladas, salvo se houver o prévio consentimento de 75% dos titulares das debêntures reunidos em assembleia geral de debenturistas especificamente convocada para esse fim; e (v) caso a Companhia não apresente balancetes trimestrais, durante a vigência desta operação.
<p>FINEP</p>	<p>A Companhia Informar à FINEP todas as alterações realizadas no capital social e/ou estrutura societária, que possam influenciar no processo decisório da Companhia, bem como aquelas que possam influenciar na capacidade de pagamento da Companhia, no prazo de 10 dias após o registro na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.</p> <p>O contrato será considerado antecipadamente vencido caso ocorra alteração do controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia que, a juízo da FINEP, possa comprometer o regular desenvolvimento do projeto objeto do contrato e/ou inviabilizar a fiel execução do contrato.</p>

(1) Dívida Financeira Líquida Ajustada = (+) Dívida Financeira Total, incluídas as Debêntures; (-) Disponibilidade de Caixa/Aplicações Financeiras/Títulos e Valores Mobiliários; (-) Recebíveis de Cartão de Crédito. Trata-se de uma medida para fins exclusivamente de covenants.

(2) EBTIDA Ajustado é calculado excluído de eventos operacionais (receitas/despesas) que consideramos de caráter extraordinário. Trata-se de uma medida para fins exclusivamente de covenants.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2019, possuíamos um total de R\$848,8 milhões de empréstimos e financiamentos.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Evolução de Número de Lojas por Estado

Número de Lojas por Estado	31 de dezembro de		
	2017	2018	2019

SP	290	307	328
MG	104	114	123
RS	64	66	96
SC	62	61	64
PR	103	106	107
MS	16	19	19
MT	-	-	21
GO	4	30	36
Sub-total S/SE/CO	643	703	794
PB	25	25	28
RN	16	17	19
PE	42	45	52
CE	33	36	36
AL	15	18	18
SE	10	10	11
BA	63	64	65
PI	6	7	7
MA	4	28	33
PA	-	-	49
Sub-total NE/N	214	250	318
SITE	1	1	1
Total	858	954	1.113

Abertura de Loja por Canal de Vendas

Número de Lojas por Canal - Final do Período	31 de dezembro de		
	2017	2018	2019
Lojas virtuais ¹	141	162	195
Lojas convencionais ²	716	791	912
Quiosques	-	-	5
Subtotal - Canal Virtual	857	953	1.112
E-commerce	1	1	1
Total	858	954	1.113
Área total de vendas (m²):	525.981	572.394	648.227

(¹) Lojas físicas onde toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet. Para maiores informações, veja seção 7.3 (b) desse formulário.

(²) Lojas físicas que possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

Vendas Totais por Canal

As vendas totais significam (i) a receita bruta do varejo, que compreende vendas de mercadorias e serviços (incluindo comissões das vendas no marketplace) das lojas físicas e e-commerce; e (ii) vendas no *marketplace*.

Receita Bruta por Canal	2019	AV	2018	AV	Crescimento
					AH
<i>(em R\$ milhões)</i>					
Lojas virtuais ¹	1.119,2	4,1%	908,8	4,6%	23,1%
Lojas convencionais ²	13.785,8	50,6%	11.733,7	59,7%	17,5%
Subtotal - Lojas Físicas	14.905,0	54,7%	12.642,6	64,3%	17,9%
E-commerce Tradicional (1P)	9.338,7	34,2%	6.170,2	31,4%	51,4%
Marketplace (3P)	3.027,0	11,1%	855,1	4,3%	254,0%
Subtotal - E-commerce Total	12.365,7	45,3%	7.025,3	35,7%	76,0%
Vendas Totais	27.270,7	100,0%	19.667,8	100,0%	38,7%

(¹) Lojas físicas onde toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet. Para maiores informações, veja seção 7.3 (b) desse formulário.

(²) Lojas físicas que possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

Receita Bruta Varejo por Canal

Receita Bruta do Varejo é definida como a receita bruta de venda de mercadorias e serviços (incluindo as comissões de venda no marketplace) das lojas físicas e e-commerce.

Receita Bruta por Canal	2019	AV	2018	AV	Crescimento
					AH
<i>(em R\$ milhões)</i>					
Lojas virtuais ¹	1.119,2	4,6%	908,8	4,8%	23,1%
Lojas convencionais ²	13.785,8	56,9%	11.733,7	62,4%	17,5%
Subtotal - Lojas Físicas	14.905,0	61,5%	12.642,6	67,2%	17,9%
E-commerce	9.338,7	38,5%	6.170,2	32,8%	51,4%
Subtotal: Lojas Físicas + E-commerce	24.243,7	100,0%	18.812,7	100,0%	28,9%
Outras Receitas ³	29,4		18,0		63,4%
Total - Varejo	24.273,1		18.830,7		28,9%

⁽¹⁾ Lojas físicas onde toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet. Para maiores informações, veja seção 7.3 b) desse formulário.

⁽²⁾ Lojas físicas que possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

⁽³⁾ Outras receitas são compostas pelos rendimentos do Fundo de Investimento exclusivo da Companhia.

Receita Bruta por Canal	2018	AV	2017	AV	Crescimento
					AH
<i>(em R\$ milhões)</i>					
Lojas virtuais ¹	908,8	4,8%	687,8	4,8%	32,1%
Lojas convencionais ²	11.733,7	62,4%	9.364,7	65,9%	25,3%
Subtotal - Lojas Físicas	12.642,6	67,2%	10.052,5	70,7%	25,8%
E-commerce	6.170,2	32,8%	4.157,7	29,3%	48,4%
Subtotal: Lojas Físicas + E-commerce	18.812,8	100,0%	14.210,2	100,0%	32,4%
Outras Receitas ³	18,0		52,3		-65,6%
Total - Varejo	18.830,8		14.262,5		32,0%

⁽¹⁾ Lojas físicas onde toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet. Para maiores informações, veja seção 7.3 (b) desse formulário.

⁽²⁾ Lojas físicas que possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

⁽³⁾ Outras receitas são compostas pelos rendimentos do Fundo de Investimento exclusivo da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	2019	%RL	2018	%RL	Var(%)	Var(R\$)
Receita Bruta	24.377,1	122,6%	18.896,5	121,2%	29,0%	5.480,6
Impostos e Cancelamentos	(4.490,8)	-22,6%	(3.306,1)	-21,2%	35,8%	(1.184,8)
Receita Líquida de Vendas	19.886,3	100,0%	15.590,4	100,0%	27,6%	4.295,9
Custo das Mercadorias Vendidas e das Prestações de Serviços	(14.332,3)	-72,1%	(11.053,0)	-70,9%	29,7%	(3.279,3)
Lucro Bruto	5.554,0	27,9%	4.537,4	29,1%	22,4%	1.016,5
Despesas com Vendas	(3.444,1)	-17,3%	(2.747,4)	-17,6%	25,4%	(696,7)
Despesas Gerais e Administrativas	(701,6)	-3,5%	(596,1)	-3,8%	17,7%	(105,4)
Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(76,0)	-0,4%	(59,7)	-0,4%	27,2%	(16,3)
Depreciação e Amortização	(487,0)	-2,4%	(163,7)	-1,0%	197,5%	(323,3)
Resultado de Equivalência Patrimonial	26,6	0,1%	57,8	0,4%	-53,9%	(31,2)
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	416,7	2,1%	53,4	0,3%	680,4%	363,3
Total de Despesas Operacionais	(4.265,4)	-21,4%	(3.455,9)	-22,2%	23,4%	(809,5)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	1.288,6	6,5%	1.081,6	6,9%	19,1%	207,0
Resultado Financeiro Líquido	(70,4)	-0,4%	(294,7)	-1,9%	-76,1%	224,3
Lucro Operacional	1.218,2	6,1%	786,9	5,0%	54,8%	431,3
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos	(296,3)	-1,5%	(189,4)	-1,2%	56,4%	(106,9)
Lucro Líquido	921,8	4,6%	597,4	3,8%	54,3%	324,4

Receita bruta

A tabela abaixo descreve a distribuição da receita bruta da Companhia:

Receita Bruta por Canal	Crescimento				
	2019	AV	2018	AV	AH
<i>(em R\$ milhões)</i>					
Lojas virtuais ¹	1.119,2	4,6%	908,8	4,8%	23,1%
Lojas convencionais ²	13.785,8	56,9%	11.733,7	62,4%	17,5%

Subtotal - Lojas Físicas	14.905,0	61,5%	12.642,6	67,2%	17,9%
E-commerce	9.338,7	38,5%	6.170,2	32,8%	51,4%
Subtotal: Lojas Físicas + E-commerce	24.243,7	100,0%	18.812,7	100,0%	28,9%
Outras Receitas ³	29,4		18,0		63,4%
Total - Varejo	24.273,1		18.830,7		28,9%

A receita bruta aumentou R\$5.480,6 milhões, ou 29,0%, de R\$18.896,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$24.377,1 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao aumento da receita bruta decorrente de revenda de mercadorias e de prestação de serviço, conforme explicado abaixo.

Revenda de mercadorias A receita bruta de revenda de mercadorias aumentou R\$5.124,8 milhões, ou 28,4%, de R\$18.016,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2018 para R\$23.141,0 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao (i) crescimento de 51,4% da receita bruta do e-commerce (1P), de R\$6.170,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2018 para R\$9.338,7 milhões no mesmo período em 2019, que inclui a consolidação do resultado da Netshoes, (ii) aumento nas vendas das mesmas lojas físicas e (iii) significativa contribuição das lojas novas. Ademais, a receita bruta do e-commerce atingiu 38,5% de participação na receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com 32,8% no mesmo período em 2018.

Prestação de serviços. A receita bruta de prestação de serviços cresceu R\$317,5 milhões, ou 39,0%, de R\$814,6 milhões no exercício social encerrado em Dezembro de 2018 para R\$1.132,1 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao aumento da comissão recebida por vendas geradas na plataforma de *marketplace*, das vendas de seguros, serviços financeiros (como garantia estendida) e dos serviços digitais (como Magalu Conecta).

Outros Serviços. A receita bruta de outros serviços aumentou R\$ 79,0 milhões, ou 98,6%, de R\$ 80,1 milhões no exercício social encerrado em 2018 para R\$ 159,1 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido a receita da Softbox, adquirida no final de 2018 e aumento das operações na Magalog.

Impostos e devoluções

Impostos e devoluções aumentaram R\$1.184,8 milhões, ou 35,8%, de R\$3.306,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2018 para R\$4.490,8 milhões no mesmo período em 2019, reflexo do crescimento da receita bruta total e também do fim da “Lei do Bem” que implica no aumento da carga tributária para algumas categorias de produtos de tecnologia.

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou R\$4.295,9 milhões, ou 27,6%, de R\$15.590,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$19.886,3 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao aumento de 29,0% da receita bruta total, parcialmente compensado pelo aumento de 35,8% em impostos e devoluções, conforme anteriormente explicado.

Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

R\$ milhões	2019	2018	Var(%)	Var(R\$)
-------------	------	------	--------	----------

Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias	(14.259,7)	(11.031,1)	29,3%	(3.228,6)
Custos - Outros Serviços	(87,4)	(34,4)	154,1%	(53,0)
Eliminações Inter-companhias	14,7	12,4	18,5%	2,3
Custos - Total	14.332,3	11.053,0	29,7%	3.279,3

O custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços aumentou R\$3.279,3 milhões, ou 29,7%, de R\$11.053,0 milhões no exercício social encerrado em 2018 para R\$14.332,3 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao aumento da receita bruta e conforme explicado abaixo em lucro bruto.

Lucro Bruto

A tabela abaixo demonstra o lucro bruto para os períodos indicados:

R\$ milhões	2019	2018	Var(%)	Var(R\$)
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	4.526,4	3.780,8	19,7%	745,64
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	1.012,5	718,9	40,8%	293,6
Lucro Bruto - Varejo	5.538,9	4.499,7	23,1%	1.039,24
Lucro Bruto - Outros Serviços	55,3	39,7	39,3%	15,6
Eliminações Inter-companhias	(40,3)	(1,9)	2021,1%	-38,4
Lucro Bruto - Total	5.554,0	4.537,4	22,4%	1.016,60
Margem Bruta - Total	27,9%	29,1%	-1,2 pp	-

O lucro bruto aumentou R\$1.016,5 milhões, ou 22,4%, de R\$4.537,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$5.554,0 milhões no mesmo período de 2019. A margem bruta reduziu 1,2 p.p., de 29,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para 27,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A redução da margem bruta foi reflexo do crescimento do e-commerce tradicional (1P), que possui margens brutas menores que as vendas em lojas físicas e do fim da “Lei do Bem”, que implica no aumento da carga tributária para algumas categorias de produtos de tecnologia. Tais fatores foram compensados parcialmente pelo crescimento acelerado do *marketplace* e, conseqüentemente, da sua receita de serviços e também pela maior participação de novas categorias nas vendas, especialmente aquelas ofertadas pela Netshoes.

Receitas (despesas) operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes das receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

R\$ milhões	2019	%RL	2018	%RL	Var(%)	Var(R\$)
Receitas (Despesas) Operacionais	(4.265,4)	-21,4%	(3.455,9)	-22,2%	23,4%	(809,5)
Com Vendas	(3.444,1)	-17,3%	(2.747,4)	-17,6%	25,4%	(696,7)
Gerais e Administrativas	(701,6)	-3,5%	(596,1)	-3,8%	17,7%	(105,4)

Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(76,0)	-0,4%	(59,7)	-0,4%	27,2%	(16,3)
Depreciação e Amortização	(487,0)	-2,4%	(163,7)	-1,0%	197,5%	(323,3)
Resultado de equivalência patrimonial	26,6	0,1%	57,8	0,4%	-53,9%	(31,2)
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	416,7	0,0%	53,4	0,3%	680,4%	363,3

As receitas (despesas) operacionais aumentaram R\$809,5 milhões, ou 23,4%, de R\$3.455,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.265,4 milhões no mesmo período em 2019. Como percentual da receita líquida de vendas, as receitas (despesas) operacionais foram diluídas em 0,8 p.p., para 21,4% da receita líquida de vendas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em relação ao mesmo período em 2018. Essa diluição reflete o forte crescimento nas vendas, a continuidade do programa de Orçamento Base Zero (OBZ) e Gestão Matricial de Despesas (GMD), que tem por objetivo a redução de despesas nas diversas matrizes orçamentárias da Companhia. Por outro lado, parte do crescimento nominal das despesas com vendas foi decorrente dos investimentos em marketing na aquisição de novos clientes e aumento do nível de serviço, incluindo logística e atendimento. No período, a Companhia fez o reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins. Além disso, em 01 de janeiro de 2019, a Companhia adotou inicialmente o IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários e, conseqüentemente, reconheceu despesas de depreciação e juros, ao invés de despesas de arrendamento operacional.

Despesas com vendas. As despesas com vendas aumentaram R\$696,7 milhões, ou 25,4%, de R\$2.747,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$3.444,1 milhões no mesmo período em 2019. Parte do crescimento nominal das despesas foi decorrente do forte crescimento nas vendas, além disso, houve investimentos em marketing, na aquisição de novos clientes, e aumento do nível de serviço, incluindo logística e atendimento. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas foram diluídas em 0,3 p.p. quando comparado ao mesmo período de 2018. Vale ressaltar também que em 01 de janeiro de 2019, a Companhia adotou inicialmente o IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários e, conseqüentemente, reconheceu despesas de depreciação e juros, ao invés de despesas de arrendamento operacional. Assim, em função da adoção do IFRS 16, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 houve uma redução de despesas de aluguel de lojas físicas e centros de distribuição.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$105,4 milhões, ou 17,7%, de R\$596,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$701,6 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao aumento no quadro de pessoal, necessária para a condução dos negócios e correções salariais (dissídios coletivos). Porém, nota-se que as despesas gerais e administrativas foram diluídas em 0,3 p.p. para 3,5% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em função do forte crescimento nas vendas e a continuidade do programa de Orçamento Base Zero (OBZ) e Gestão Matricial de Despesas (GMD).

Perdas com créditos de liquidação duvidosa. As despesas com perdas com créditos de liquidação duvidosa aumentaram R\$16,3 milhões, ou 27,2%, de R\$59,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$76,0 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao crescimento das vendas totais da Companhia.

Depreciação e amortização. As despesas com depreciação e amortização aumentaram R\$323,3 milhões, ou 197,5%, de R\$163,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2018 para R\$487,0 milhões no mesmo período em 2019, devido ao aumento dos investimentos em imobilizado e intangível, principalmente relacionados a abertura de lojas, reformas e investimentos em tecnologia e a adoção inicial do IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários e, conseqüentemente, reconheceu despesas de depreciação, ao invés de despesas de arrendamento operacional, relacionado a alugueis de lojas físicas, escritórios e Centros de Distribuição da Companhia.

Resultado de equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial reduziu R\$31,2 milhões, ou 53,9%, de R\$57,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2018 para R\$26,6 milhões no mesmo período em 2019, principalmente em função do resultado de equivalência patrimonial de nossa controlada em conjunto Luizacred, que, com o forte crescimento da base de cartões e do limite de crédito disponível para os melhores clientes, gerou um aumento nas provisões devido a alteração da metodologia de cálculo da provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa devido a adoção do IFRS 9, que partiu de um modelo de “perda incorrida” para um modelo de “perda de crédito esperada” para a vida inteira da carteira e limites de crédito fornecidos aos clientes.

Outras receitas operacionais, líquidas. Outras receitas operacionais, líquidas, aumentaram R\$363,3 milhões, ou 680,4%, de R\$53,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2018 para R\$416,7 milhões no mesmo período em 2019, devido ao reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins, compensado em parte pelo aumento de provisões tributárias, despesas pré-operacionais com lojas e despesas referentes ao processo de aquisição da Netshoes.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido melhorou R\$224,3 milhões, ou 76,1%, de uma despesa R\$294,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2019 para uma despesa de R\$70,4 milhões no mesmo período em 2019, devido, principalmente, à atualização monetária dos créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins que foram reconhecidos no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2019.

Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social passou de um lucro de R\$786,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2018 para um lucro de R\$1.218,2 milhões no mesmo período em 2019, principalmente em função de uma melhora no lucro operacional antes do resultado financeiro que passou de R\$1.081,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2018 para R\$1.288,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2019 e da melhora do resultado financeiro, em função da atualização monetária dos créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins que foram reconhecidos no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2019.

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passaram de R\$189,4 milhões, com alíquota efetiva de 26,0% no período de exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

para despesa de R\$296,3 milhões, com alíquota efetiva de 24,9% no mesmo período em 2019, em função da apuração de lucro tributável no período. A redução da alíquota efetiva é explicada principalmente pela declaração de juros sobre o capital próprio, que é excluído da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

O resultado líquido passou de lucro líquido de R\$597,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2018 para lucro líquido de R\$921,8 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao elevado crescimento de vendas em todos os canais, a contribuição positiva do e-commerce e a diluição das despesas operacionais e financeiras, além do reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	2018	%RL	2017	%RL	Var(%)	Var(R\$)
Receita Bruta	18.896,5	121,2%	14.321,1	119,5%	31,9%	4.575,4
Impostos e Cancelamentos	(3.306,1)	-21,2%	(2.336,9)	-19,5%	41,5%	(969,2)
Receita Líquida de Vendas	15.590,4	130,1%	11.984,3	126,0%	30,1%	3.606,2
Custo das Mercadorias Vendidas e das Prestações de Serviços	(11.053,0)	-70,9%	(8.378,2)	-69,9%	31,9%	(2.674,8)
Lucro Bruto	4.537,4	37,9%	3.606,0	37,9%	25,8%	931,4
Despesas com Vendas	(2.747,4)	-17,6%	(2.120,0)	-17,7%	29,6%	(627,5)
Despesas Gerais e Administrativas	(596,1)	-3,8%	(536,0)	-4,5%	11,2%	(60,1)
Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(59,7)	-0,4%	(41,9)	-0,3%	42,5%	(17,8)
Depreciação e Amortização	(163,7)	-1,0%	(143,1)	-1,2%	14,4%	(20,6)
Resultado de Equivalência Patrimonial	57,8	0,4%	86,2	0,7%	-33,0%	(28,4)
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	53,4	0,3%	36,5	0,3%	46%	16,9
Total de Despesas Operacionais	(3.455,9)	-28,8%	(2.718,3)	-28,6%	27,1%	(737,6)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	1.081,6	9,0%	887,7	9,3%	21,8%	193,9
Resultado Financeiro Líquido	(294,7)	-1,9%	(410,8)	-3,4%	-28,3%	116,1
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	786,9	6,6%	476,9	5,0%	65,0%	310,0
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos	(189,4)	-1,2%	(87,9)	-0,7%	115,6%	(101,6)
Lucro Líquido	597,4	5,0%	389,0	4,1%	53,6%	208,4

Receita bruta

A tabela abaixo descreve a distribuição da receita bruta da Companhia:

R\$ milhões	2018	2017	Var(%)	Var(R\$)
Varejo - Revenda de Mercadorias	18.016,2	13.621,6	32,3%	4.394,5
Varejo - Prestação de Serviços	800,2	628,8	27,3%	171,4
Administração de Consórcios	80,1	70,6	13,4%	9,5
Receita Bruta	18.896,5	14.321,1	31,9%	4.575,4
Varejo - Revenda de Mercadorias	(3.204,3)	(2.256,6)	42,0%	(947,8)
Varejo - Prestação de Serviços	(95,6)	(75,0)	27,5%	(20,6)
Administração de Consórcios	(6,1)	(5,3)	15,9%	(0,8)
Impostos e Devoluções	(3.306,1)	(2.336,9)	41,5%	(969,2)
Receita Líquida de Vendas	15.590,4	11.984,3	30,1%	3.606,2

A receita bruta aumentou R\$ 4.575,4 milhões, ou 31,9%, de R\$ 14.321,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 18.896,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao aumento da receita bruta decorrente de revenda de mercadorias, conforme explicado abaixo.

Revenda de mercadorias. A receita bruta de revenda de mercadorias aumentou R\$ 4.394,5 milhões, ou 32,3%, de R\$ 13.621,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 18.016,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao crescimento de 48,4% da receita bruta de no e-commerce, de R\$ 4.157,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 6.170,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido ao (i) aumento do tráfego e das vendas dos canais mobile (principalmente do aplicativo), (ii) aumento das vendas nos mercados atendidos pelos 12 centros de distribuição regionais, (iii) aumento da conversão reflexo da ampliação da utilização do sistema proprietário de recomendação (o qual, com base no histórico de navegação dos clientes, proporciona uma melhor assertividade na recomendação de produtos no e-commerce), (iv) aumentos dos investimentos em nível de serviço, e (v) excelente desempenho de vendas do marketplace, que chegou a R\$ 855,1 milhões de vendas em 2018. Ademais, o e-commerce atingiu 35,7% de participação nas vendas totais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com 30,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. As vendas nas lojas físicas cresceram 25,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, sendo que as 100 lojas inauguradas em 2018 contribuíram com 7,2% para o crescimento das vendas da Companhia e as demais lojas 18,6%.

Prestação de serviços. A receita bruta de prestação de serviços cresceu R\$ 171,4 milhões, ou 27,3%, de R\$ 628,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 800,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, reflexo do aumento das vendas de seguros, serviços financeiros (como garantia estendida), dos novos serviços digitais (como Lu Conecta) e da comissão do marketplace.

Impostos e devoluções

Impostos e devoluções aumentaram R\$ 969,2 milhões, ou 41,5%, de R\$ 2.336,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3.306,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, reflexo do crescimento da receita bruta total e maior alíquota tributária sobre o mix de produtos vendidos em 2018 para Copa do Mundo.

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou R\$ 3.606,2 milhões, ou 30,1%, de R\$ 11.984,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 15.590,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao aumento de 30,2% da receita líquida de vendas do segmento de varejo.

Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

R\$ milhões	2018	2017	Var(%)	Var(R\$)
Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias	(11.031,1)	(8.358,3)	32,0%	(2.672,7)
Custos - Administração de Consórcios	(34,4)	(31,9)	7,6%	(2,4)
Eliminações Inter-companhias	12,4	12,0	3,1%	0,4
Custos – Total	(11.053,0)	(8.378,2)	31,9%	(2.674,8)

O custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços aumentou R\$ 2.674,8 milhões, ou 31,9%, de R\$ 8.378,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 11.053,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido principalmente ao aumento das vendas e conforme abaixo explicado em lucro bruto.

Lucro Bruto

A tabela abaixo demonstra o lucro bruto para os períodos indicados:

R\$ milhões	2018	2017	Var(%)	Var(R\$)
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	3.780,8	3.006,7	25,7%	774,0
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	717,0	566,0	26,7%	151,0
Lucro Bruto – Varejo	4.497,8	3.572,7	25,9%	925,1
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	39,7	33,3	19,1%	6,4
Lucro Bruto – Total	4.537,4	3.606,0	25,8%	931,4
Margem Bruta – Total	29,1%	30,1%	-1,00 pp	

O lucro bruto aumentou R\$ 931,4 milhões, ou 25,8%, de R\$ 3.606,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4.537,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A margem bruta foi de 29,1% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparada com 30,1% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A redução da margem bruta é explicada pelo aumento significativo na participação das vendas no ecommerce tradicional (com estoque próprio) nas vendas totais, passando de 30,4% de participação na receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para 35,7% no mesmo período de 2018 e a preservação da margem bruta dos demais canais

Receitas (despesas) operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes das receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

R\$ milhões	2018	%RL	2017	%RL	Var(%)	Var(R\$)
Receitas (Despesas) Operacionais	(3.455,9)	-22,2%	(2.718,3)	-22,7%	27,1%	(737,6)
Com Vendas	(2.747,4)	-17,6%	(2.120,0)	-17,7%	29,6%	(627,5)
Gerais e Administrativas	(596,1)	-3,8%	(536,0)	-4,5%	11,2%	(60,1)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(59,7)	-0,4%	(41,9)	-0,3%	42,5%	(17,8)
Depreciação e Amortização	(163,7)	-1,0%	(143,1)	-1,2%	14,4%	(20,6)
Resultado de equivalência patrimonial	57,8	0,4%	86,2	0,7%	-33,0%	(28,4)
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	53,4	0,3%	36,5	0,3%	46,3%	16,9

As receitas (despesas) operacionais aumentaram R\$ 737,6 milhões, ou 27,1%, de R\$ 2.718,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3.455,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Como percentual da receita líquida de vendas, as receitas (despesas) operacionais foram diluídas em 0,5p.p. para 22,2% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa diluição reflete a maturação do rigoroso controle das despesas adotado pela Companhia, incluindo o Orçamento Base Zero - OBZ (elaboração de orçamentos anuais com todos os custos sendo revistos a partir do zero, sem tomar como referência os números do ano anterior), a Gestão Matricial de Despesas - GMD (avaliação de todas as principais despesas por unidade de negócios e por gestor de pacote de despesas,

identificando os desvios em relação ao orçamento, estabelecendo benchmarks e disseminando as melhores práticas) e a manutenção da baixa taxa de inflação sobre os reajustes salariais.

Despesas com vendas. As despesas com vendas aumentaram R\$ 627,4 milhões, ou 29,6%, de R\$ 2.120,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.747,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Parte do crescimento nominal das despesas foi decorrente dos investimentos em marketing na aquisição de novos clientes e aumento no nível de serviço, incluindo logística e atendimento, realizados principalmente no segundo semestre de 2018. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas foram diluídas em 0,1p.p. para 17,6% da receita líquida de vendas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando comparado ao exercício social de 2017.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$ 60,1 milhões, ou 11,2%, de R\$ 536,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 596,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As despesas gerais e administrativas foram diluídas em 0,7 p.p. para 3,8% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em função do crescimento das vendas, do controle rigoroso das despesas administrativas através da Gestão Matricial de Despesas– GMD e OBZ e da baixa taxa de inflação sobre os reajustes salariais.

Perdas com créditos de liquidação duvidosa. As despesas com perdas com créditos de liquidação duvidosa aumentaram R\$ 17,8 milhões, ou 42,5%, de R\$ 41,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 59,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido a variação da composição do contas a receber de clientes, ao crescimento das vendas totais da Companhia.

Depreciação e amortização. As despesas com depreciação e amortização aumentaram R\$ 20,6 milhões, ou 14,4%, de R\$ 143,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 163,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido ao aumento dos investimentos em ativo imobilizado e intangível, incluindo investimentos em abertura de lojas, tecnologia e logística, que totalizaram R\$ 364,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 170,8 milhões no mesmo período de 2017.

Resultado de equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial reduziu R\$ 28,4 milhões, ou 33%, de um ganho de R\$ 86,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um ganho de R\$ 57,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido ao desempenho da Luizacred e da Luizaseg no exercício. Em função da adoção do IFRS 9, houve alteração na metodologia de cálculo da provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, partindo de um modelo de “perda incorrida” para um modelo de “perda de crédito esperada” para a vida inteira da carteira e limites de crédito fornecido aos clientes. Com isso, os níveis de provisões aumentaram, mesmo com a Luizacred apresentando os menores níveis de carteira em atraso da sua história. O resultado da equivalência patrimonial da Luizacred reduziu de R\$ 68,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 43,8 milhões no mesmo período de 2018. A equivalência da Luizaseg foi de R\$ 13,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Outras receitas operacionais, líquidas. Outras receitas operacionais, líquidas, aumentaram R\$ 16,9 milhões, ou 46,3%, de uma receita de R\$ 36,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para uma receita de R\$ 53,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido à apropriação de receita diferida em função do

cronograma de reconhecimento dos valores recebidos mediante os acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacrede Magazine Luiza.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas reduziram R\$ 116,1 milhões, ou 39,4%, de uma despesa de R\$ 410,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para uma despesa de R\$ 294,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018,, em função, principalmente, de uma redução das despesas com juros de empréstimos e financiamentos, devido a queda na taxa de juros referencial, acompanhado de um aumento dos Juros de vendas de garantia estendida, parcialmente compensado pelo aumento da despesa com Encargos sobre antecipação de cartão de crédito.

Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social passou de um lucro de R\$ 476,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um lucro de R\$ 786,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em função principalmente de uma melhora no lucro operacional antes do resultado financeiro que passou de R\$ 887,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.081,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e da melhora do resultado financeiro.

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passaram de uma despesa de R\$ 87,9 milhões com alíquota efetiva de 18,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para uma despesa de R\$ 189,4 milhões com alíquota efetiva de 24,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e em função principalmente do aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social. O aumento na alíquota efetiva de impostos, é principalmente decorrente da diminuição da participação do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio sobre o lucro antes do imposto de renda e contribuição social.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

O resultado líquido passou de lucro líquido de R\$ 389,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para lucro líquido de R\$ 597,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao elevado crescimento de vendas em todos os canais, a contribuição positiva do e-commerce e a diluição das despesas operacionais e financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2019 comparado com as contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2018.

ATIVO	31/dez/19	AV	31/dez/18	AV	Var(%)	Var(R\$)
(em milhões de R\$, exceto percentual)						
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa	305,7	1,5%	599,1	6,8%	-49,0%	(293,4)
Títulos e Valores Mobiliários	4.448,2	22,5%	409,1	4,7%	987,3%	4.039,0
Contas a Receber	2.915,0	14,7%	2.051,6	23,3%	42,1%	863,5
Estoques	3.801,8	19,2%	2.810,2	31,9%	35,3%	991,5
Partes Relacionadas	370,0	1,9%	190,2	2,2%	94,6%	179,8
Tributos a Recuperar	864,1	4,4%	303,7	3,5%	184,5%	560,5
Outros Ativos	136,3	0,7%	48,5	0,6%	181,0%	87,8
Total do Ativo Circulante	12.841,1	64,9%	6.412,4	72,9%	100,3%	6.428,7
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Títulos e Valores Mobiliários	0,2	0,0%	0,2	0,0%	-	-
Contas a Receber	16,8	0,1%	7,6	0,1%	122,5%	9,3
Tributos a Recuperar	1.137,8	5,7%	150,6	1,7%	655,4%	987,2
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12,7	0,1%	181,0	2,1%	-93,0%	(168,3)
Depósitos Judiciais	570,1	2,9%	349,2	4,0%	63,3%	220,9
Outros Ativos	11,0	0,1%	34,2	0,4%	-67,8%	(23,2)
Investimentos em Controladas	305,1	1,5%	308,5	3,5%	-1,1%	(3,4)
Direito de uso	2.273,8	11,5%	-	0,0%	-	2.273,8
Imobilizado	1.076,7	5,4%	754,3	8,6%	42,8%	322,5
Intangível	1.545,6	7,8%	598,8	6,8%	158,1%	946,8
Total do Ativo não Circulante	6.949,9	35,1%	2.384,4	27,1%	191,5%	4.565,6
TOTAL DO ATIVO	19.791,1	100,0%	8.796,7	100,0%	125,0%	10.994,3

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/dez/19	%RL	31/dez/18	%RL	Var(%)	Var(R\$)
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	5.934,9	30,0%	4.105,2	46,7%	44,6%	1.829,6
Empréstimos e Financiamentos	10,0	0,1%	130,7	1,5%	-92,4%	(120,8)
Salários, Férias e Encargos Sociais	354,7	1,8%	259,0	2,9%	37,0%	95,7
Tributos a Recolher	352,0	1,8%	141,0	1,6%	149,7%	211,0
Partes Relacionadas	152,1	0,8%	125,4	1,4%	21,3%	26,7
Arrendamento Mercantil	330,6	1,7%	-	0,0%	-	330,6

Receita Diferida	43,0	0,2%	39,2	0,4%	9,9%	3,9
Dividendos a Pagar	123,6	0,6%	182,0	2,1%	-32,1%	(58,4)
Outras Contas a Pagar	701,7	3,5%	406,1	4,6%	72,8%	295,6
Total do Passivo Circulante	8.002,6	40,4%	5.388,6	61,3%	48,5%	2.614,0
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e Financiamentos	838,9	4,2%	325,2	3,7%	157,9%	513,6
Arrendamento Mercantil	1.949,8	9,9%	-	0,0%	-	1.949,8
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39,0	0,2%	-	0,0%	-	39,0
Prov. para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	1.037,1	5,2%	387,4	4,4%	167,7%	649,8
Receita Diferida	356,8	1,8%	391,0	4,4%	-8,7%	(34,2)
Outras Contas a Pagar	2,0	0,0%	1,7	0,0%	15,2%	0,3
Total do Passivo não Circulante	4.223,5	21,3%	1.105,3	12,6%	282,1%	3.118,3
TOTAL DO PASSIVO	12.226,1	61,8%	6.493,9	73,8%	88,3%	5.732,3
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	5.952,3	30,1%	1.719,9	19,6%	246,1%	4.232,4
Reserva de Capital	323,3	1,6%	52,2	0,6%	519,6%	271,1
Ações em Tesouraria	(124,5)	-0,6%	(87,0)	-1,0%	43,1%	(37,5)
Reserva Legal	109,0	0,6%	65,6	0,7%	66,0%	43,4
Reserva de Retenção de Lucros	1.301,8	6,6%	546,9	6,2%	138,0%	754,9
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3,2	0,0%	5,3	0,1%	-40,6%	(2,2)
Total do Patrimônio Líquido	7.564,9	38,2%	2.302,9	26,2%	228,5%	5.262,1
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.791,1	100,0%	8.796,7	100,0%	125,0%	10.994,3

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 100,3%, ou R\$6.428,7 milhões, passando de R\$6.412,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$12.841,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. O ativo circulante representava 72,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 64,9% em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) a) redução de 49,0%, ou R\$293,4 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$599,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$305,7 milhões em 31 de Dezembro de 2019; e b) aumento de 987,3%, ou R\$4.039 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$409,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.448,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação de ambas as contas somadas decorreu principalmente devido a geração de caixa operacional da Companhia e conclusão da oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019 no montante de R\$4,3 bilhões, bem como pelo pagamento pela aquisição da Netshoes, no valor de R\$ 453,2 milhões, pago em junho de 2019;

(ii) aumento de 42,1%, ou R\$863,5 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$2.051,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.915,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação justifica-se pela sazonalidade do varejo e pelo menor volume de antecipações e recebimento do contas a receber de cartões de crédito de terceiros. A antecipação de recebíveis de cartões de crédito ocorre de acordo com a análise de necessidade de caixa e custo benefício da antecipação, realizada pela diretoria financeira da Companhia. Em 31 de Dezembro de 2019 a Companhia possuía o volume de R\$ 1,7 bilhão de carteira de cartões antecipada, frente a R\$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2018;

(iii) aumento de 35,3%, ou R\$991,5 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$2.810,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$3.801,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento está relacionado ao crescimento nas vendas;

(iv) aumento de 94,6%, ou R\$179,8 milhões, no saldo de contas a receber de partes relacionadas, que passou de R\$190,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$370,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento decorreu, principalmente, devido ao aumento do saldo de recebíveis de Cartão Luiza não descontados, tendo em vista a análise da necessidade de caixa e custo benefício da operação de antecipação de tais recebíveis;

(v) aumento de 184,5%, ou R\$560,5 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$303,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$864,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação está relacionada, principalmente, ao reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito da Companhia em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins, no valor total de R\$ 1.309,0 milhões, sendo que R\$360,0 milhões foram registrados no ativo circulante e parte já foi compensada nesse mesmo exercício; e

(vi) aumento de 181,0%, ou R\$87,8 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$48,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$136,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação está relacionada principalmente a despesas antecipadas e outros adiantamentos (a fornecedores, empregados, etc) e também ao saldo advindo pela aquisição da Netshoes no valor de R\$ 33,3 milhões.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 191,5%, ou R\$4.565,6 milhões, passando de R\$2.384,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$6.949,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. O ativo não circulante representava 27,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 35,1% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 655,4%, ou R\$987,2 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$150,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.137,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Conforme descrito na rubrica do ativo circulante, essa variação refere-se, principalmente, ao reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito da Companhia em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins, no valor total de R\$ 1.309,0 milhões, sendo que R\$ 735,3 milhões foram registrados no ativo não circulante;

(ii) redução de 93,0%, ou R\$168,3 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$181,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$12,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorre pela compensação de impostos e contribuições diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de

exercícios anteriores, bem como pelo efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre créditos fiscais reconhecidos no exercício;

(iii) aumento de 63,3%, ou R\$220,9 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R\$349,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$570,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento refere-se principalmente ao saldo agregado pela aquisição da Netshoes, no montante de R\$ 129,9 milhões e aos depósitos mensais de contestações de débitos que estão em discussão judicial pelos nossos assessores jurídicos;

(iv) registro do saldo de R\$2.273,8 milhões na conta direitos de uso em 31 de dezembro de 2019 pela adoção do IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Assim, a Companhia passou a registrar o direito de uso principalmente das lojas, escritórios e Centros de Distribuição alugados, descritos com mais detalhes nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia;

(v) aumento de 42,8%, ou R\$322,5 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$754,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.076,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação reflete, principalmente, os investimentos em máquinas e equipamentos, mobiliários para lojas, benfeitorias e obras, bem como pelo saldo de imobilizado agregado pela aquisição da Netshoes, no montante de R\$ 89,8 milhões; e

(vi) aumento de 158,1%, ou R\$946,8 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$598,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.545,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação está relacionada principalmente pelo reconhecimento do montante pago somado ao ágio na aquisição da Netshoes no valor de R\$ 929,8 milhões e ao aumento do saldo investido em softwares e projetos de desenvolvimento interno da Companhia.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou em 48,5%, ou R\$2.614,0 milhões, passando de R\$5.388,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$8.002,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. O passivo circulante representava 61,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 40,4% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 44,6%, ou R\$1.829,6 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$4.105,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$5.934,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu em função do aumento do volume de vendas e, principalmente, pela melhor estratégia comercial junto aos fornecedores;

(ii) redução de 92,4%, ou R\$120,8 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos, que passou de R\$130,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu em função da reclassificação de saldos relacionados ao pagamento de dívidas de curto prazo;

(iii) aumento de 37,0%, ou R\$95,7 milhões, no saldo da conta salários, férias e encargos sociais, que passou de R\$259,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$354,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação está relacionada a: (i) crescimento do número de colaboradores decorrente da abertura de novas lojas, novos centros de distribuição e crescimento do e-commerce; (ii) às provisões 13º salário e encargos decorrentes, que serão liquidados até o encerramento do exercício; (iii) consolidação do saldo da Netshoes no valor de R\$ 32,3 milhões;

(iv) aumento de 149,7%, ou R\$211,0 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R\$141,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$352,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se ao aumento do volume de tributos a pagar em virtude do crescimento das vendas;

(v) registro de R\$330,6 milhões no saldo da conta arrendamento em 31 de dezembro de 2019 pela adoção do IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Assim, a Companhia passou a registrar o valor de arrendamento das lojas, escritórios e Centros de Distribuição alugados, descritos com mais detalhes nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia;

(vi) redução de 32,1%, ou R\$58,4 milhões, no saldo de dividendos a pagar, que passou de R\$182,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$123,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se ao pagamento referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e a provisão dos valores mínimos obrigatórios de juros sobre capital próprio e dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ainda não liquidados; e

(vii) aumento de 72,8%, ou R\$295,6 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$406,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$701,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se principalmente a despesas gerais de frete, marketing, etc a pagar no montante de R\$ 190,8 milhões, vendas faturadas e ainda não entregues aos nossos clientes no montante de R\$ 59,5 milhões e honorários de especialistas, que apoiaram em alguns projetos da Companhia, no montante de R\$ 47,5 milhões.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou em 282,1%, ou R\$3.118,3 milhões, passando de R\$1.105,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.223,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. O passivo não circulante representava 12,6% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 21,3% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 157,9%, ou R\$513,6 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos, que passou de R\$325,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$838,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu principalmente pela emissão de notas promissórias no valor de R\$ 802,7 milhões, compensada pelo pagamento de R\$ 607,0 milhões de outros empréstimos;

(ii) registro de R\$1.949,8 milhões no saldo da conta arrendamento em 31 de dezembro de 2019 pela adoção do IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Assim, a Companhia passou a registrar o valor de arrendamento das lojas, escritórios e Centros de Distribuição alugados, descritos com mais detalhes nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia;

(iii) registro de R\$39,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 no saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos relacionado ao reconhecimento de impostos diferidos sobre os valores justos identificados na alocação do preço de aquisição da Netshoes;

(iv) aumento de 167,7%, ou R\$649,8 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$387,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.037,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu principalmente de novas adições de provisões tributárias baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas, bem como pelas obrigações legais, bem como provisões

relacionadas ao valor justo identificado em processo de alocação de preço de compra durante a combinação de negócio da Netshoes; e

(v) redução de 8,7%, ou R\$34,2 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de R\$391,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$356,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se ao reconhecimento da receita apropriado ao resultado durante a vigência dos contratos referentes aos acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido cresceu 228,5%, ou R\$5.262,1 milhões, passando de R\$2.302,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$7.564,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente ao resultado líquido positivo do exercício e também pelo ganho reconhecido sobre a alienação de ações em tesouraria. O patrimônio líquido representava 26,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 38,2% em 31 de dezembro de 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2018 comparado com as contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2017.

ATIVO (em milhões de R\$, exceto percentual)	31/dez/18	AV	31/dez/17	AV	Var(%)	Var(R\$)
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa	599,1	6,8%	412,7	5,6%	45,2%	186,4
Títulos e Valores Mobiliários e outros ativos financeiros	409,1	4,7%	1.259,6	17,0%	-67,5%	(850,4)
Contas a Receber	2.051,6	23,3%	1.241,3	16,7%	65,3%	810,3
Estoques	2.810,2	31,9%	1.969,3	26,5%	42,7%	840,9
Contas a receber de Partes Relacionadas	190,2	2,2%	96,8	1,3%	96,5%	93,4
Tributos a Recuperar	303,7	3,5%	200,7	2,7%	51,3%	103,0
Outros Ativos	48,5	0,6%	77,3	1,0%	-37,2%	(28,8)
Total do Ativo Circulante	6.412,4	72,9%	5.257,6	70,9%	22,0%	1.154,8
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Títulos e Valores Mobiliários e outros ativos financeiros	0,2	0,0%	-	0,0%	-	0,2
Contas a Receber	7,6	0,1%	4,7	0,1%	59,7%	2,8
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	181,0	2,1%	223,1	3,0%	-18,9%	(42,1)
Tributos a Recuperar	150,6	1,7%	166,0	2,2%	-9,3%	(15,4)
Depósitos Judiciais	349,2	4,0%	310,9	4,2%	12,3%	38,3
Outros Ativos	34,2	0,4%	44,4	0,6%	-23,1%	(10,2)
Investimentos em Controladas em conjunto	308,5	3,5%	311,3	4,2%	-0,9%	(2,9)
Imobilizado	754,3	8,6%	569,0	7,7%	32,6%	185,2
Intangível	598,8	6,8%	532,4	7,2%	12,5%	66,5
Total do Ativo não Circulante	2.384,4	27,1%	2.161,9	29,1%	10,3%	222,5
TOTAL DO ATIVO	8.796,7	100,0%	7.419,5	100,0%	18,6%	1.377,2
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	4.105,2	46,7%	2.919,5	39,3%	40,6%	1.185,7
Empréstimos e Financiamentos e outros passivos financeiros	130,7	1,5%	434,3	5,9%	-69,9%	(303,6)
Salários, Férias e Encargos Sociais	259,0	2,9%	236,6	3,2%	9,5%	22,4
Tributos a Recolher	141,0	1,6%	84,5	1,1%	66,9%	56,5

Contas a Pagar a Partes Relacionadas	125,4	1,4%	89,5	1,2%	40,1%	35,9
Receita Diferida	39,2	0,4%	41,6	0,6%	-5,8%	(2,4)
Dividendos a Pagar	182,0	2,1%	64,3	0,9%	183,2 %	1177
Outras Contas a Pagar	406,1	4,6%	265,8	3,6%	52,8%	140,3
Total do Passivo Circulante	5.388,6	61,3%	4.136,0	55,7%	30,3%	1.252,6
						-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e Financiamentos e outros passivos financeiros	325,2	3,7%	437,2	5,9%	- 25,6%	(112,0)
Provisão para riscos tributário, cíveis e trabalhist	387,4	4,4%	301,5	4,1%	28,5%	85,8
Receita Diferida	391,0	4,4%	468,8	6,3%	- 16,6%	(77,9)
Outras Contas a Pagar	1,7	0,0%	1,9	0,0%	- 11,1%	(0,2)
Total do Passivo não Circulante	1.105,3	12,6%	1.209,5	16,3%	-8,6%	(104,2)
TOTAL DO PASSIVO	6.493,9	73,8%	5.345,5	72,0%	21,5%	1.148,3
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	1.719,9	19,6%	1.719,9	23,2%	0,0%	-
Reserva de Capital	52,2	0,6%	37,1	0,5%	40,7%	15,1
Ações em Tesouraria	(87,0)	-1,0%	(14,0)	-0,2%	523,5 %	(73,1)
Reserva Legal	65,6	0,7%	39,9	0,5%	64,4%	25,7
Reserva de Lucros	546,9	6,2%	288,4	3,9%	89,6%	258,5
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5,3	0,1%	2,7	0,0%	100,5 %	2,7
Total do Patrimônio Líquido	2.302,9	26,2%	2.074,0	28,0%	11,0%	228,9
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.796,7	100,0 %	7.419,5	100,0%	18,6%	1.377,2

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 22,0%, ou R\$ 1.154,8 milhões, passando de R\$ 5.257,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 6.412,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. O ativo circulante representava 70,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2017 e 72,9% em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de 45,2%, ou R\$ 186,4 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$ 412,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 599,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento está relacionado à geração de caixa das atividades operacionais do período;
- (ii) redução de 67,5%, ou R\$ 850,4 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$ 1.259,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 409,1 milhões em 31 de

dezembro de 2018. Essa variação está relacionada ao resgate de aplicações em títulos e valores mobiliários para fazer frente a necessidade de caixa da Companhia;

(iii) aumento de 65,3%, ou R\$ 810,3 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$ 1.241,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.051,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação justifica-se principalmente pelo aumento do volume de vendas da empresa no ano e pelo aumento dos recebíveis de cartão de crédito não descontados;

(iv) aumento de 42,7%, ou R\$ 840,9 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$ 1.969,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.810,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu, principalmente, pelo aumento de vendas entre os períodos, com destaque para o último trimestre do ano;

(v) aumento de 96,5%, ou R\$ 93,4 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$ 96,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 190,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorreu, principalmente, da variação do saldo de recebíveis de Cartão Luiza em virtude do crescimento do faturamento dentro do Magazine Luiza e aumento do saldo de recebíveis de Cartão Luiza não descontados; e

(vi) aumento de 51,3%, ou R\$ 103,0 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$ 200,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 303,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação está relacionada ao aumento no volume de compras e estoque de mercadores.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 10,3%, ou R\$ 222,5 milhões, passando de R\$ 2.161,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.384,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. O ativo não circulante representava 29,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2017 e 27,1% em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações das subcontas do ativo não circulante realizável em longo prazo abaixo descritas:

(i) redução de 18,9%, ou R\$ 42,1 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$ 223,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 181,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorre, principalmente, pela compensação de impostos e contribuições diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição de social de exercícios anteriores;

(ii) redução de 9,3%, ou R\$ 15,4 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$ 166,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 150,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação refere-se, principalmente, a compensação de ICMS por substituição tributária;

(iii) aumento de 12,3%, ou R\$ 38,3 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R\$ 310,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 349,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento refere-se às contestações de débitos que estão em discussão judicial pelos nossos assessores jurídicos;

(iv) aumento de 32,6%, ou R\$ 185,2 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$ 569,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 754,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação reflete, principalmente, os investimentos em obras de lojas e Centros de Distribuição da Companhia, seguido por investimentos em moveis e utensílios e computadores e periféricos; e

(v) aumento de 12,5%, ou R\$ 66,5 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$ 532,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 598,8 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Essa variação está relacionada, principalmente, com o aumento do saldo investido em softwares e projetos de desenvolvimento interno da Companhia.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 30,3%, ou R\$ 1.252,6 milhões, passando de R\$ 4.136,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 5.388,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. O passivo circulante representava 55,7% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 61,3% em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 40,6%, ou R\$ 1.185,7 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$ 2.919,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4.105,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu em função do aumento do volume de vendas e, principalmente, pela melhor estratégia comercial junto aos fornecedores;

(ii) redução de 69,9%, ou R\$ 303,6 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros, que passou de R\$ 434,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 130,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu em função da estratégia da Companhia de otimizar a estrutura de capital através do pagamento antecipado de parte da sua dívida; (iii) aumento de 9,5%, ou R\$ 22,4 milhões, no saldo de salário, férias e encargos sociais, que passou de R\$ 236,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 259,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação foi impactada pelo aumento da remuneração variável decorrentes da performance de vendas no período;

(iii) aumento de 66,9%, ou R\$ 56,5 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R\$ 84,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 141,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se ao aumento do volume de tributos a pagar em virtude da performance de vendas;

(iv) aumento de 40,1%, ou R\$ 35,9 milhões, no saldo de contas a pagar a partes relacionadas, que passou de R\$ 89,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 125,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação é decorrente da evolução natural do negócio, uma vez que ao aumentar as vendas intermediadas pela Companhia para suas controladas e controladas em conjunto, aumenta-se os valores recebidos de clientes e repassados para essas empresas;

(v) redução de 5,8%, ou R\$ 2,4 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de R\$ 41,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 39,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se ao reconhecimento da receita apropriado ao resultado durante a vigência dos contratos referentes aos acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza;

(vi) aumento de 183,2%, ou R\$ 117,7 milhões, no saldo de dividendos a pagar, que passou de R\$ 64,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 182,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se ao avanço nos resultados da Companhia e a declaração de juros sobre capital próprio; e

(vii) aumento de 52,8%, ou R\$ 140,3 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$ 265,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 406,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se principalmente ao aumento do volume de vendas dos últimos dias do exercício, além do crescimento de despesas operacionais, tais como aluguéis e fretes.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante reduziu em 8,6%, ou R\$ 104,2 milhões, passando de R\$ 1.209,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.105,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. O passivo não circulante representava 16,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 12,6% em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) redução de 25,6%, ou R\$ 112,0 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros, que passou de R\$ 437,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 325,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu devido ao cronograma de vencimento da dívida e transferência para o curto prazo e a estratégia da Companhia de otimizar a estrutura de capital através do pagamento antecipado de parte da sua dívida;

(ii) aumento de 28,5%, ou R\$ 85,8 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$ 301,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 387,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu de novas adições de provisões baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas, bem como pelas obrigações legais; e

(iii) redução de 16,6%, ou R\$ 77,9 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de R\$ 468,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 391,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se ao reconhecimento da receita apropriado ao resultado durante a vigência dos contratos referentes aos acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido cresceu 11,0%, ou R\$ 228,9 milhões, passando de R\$ 2.074,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.302,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido principalmente ao resultado líquido do exercício. O patrimônio líquido representava 28,0% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 26,2% em 31 de dezembro de 2018.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita líquida é composta principalmente por: (i) revenda de mercadorias e (ii) prestações de serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas.

Revenda de mercadorias - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
- É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente.

A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

Receita de prestações de serviços - as receitas de prestação de serviços estão principalmente vinculadas a:

- a) intermediação de serviços financeiros para suas *joint ventures*, bem como outras empresas parceiras da Companhia;
- b) comissão por marketplace;
- c) taxa de administração dos grupos de consórcio, que é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço;
- d) integração e gestão entre lojistas e marketplaces;
- e) operações logísticas de entrega.

As receitas de prestações de serviços são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia.

Abaixo descrevemos os impostos e devoluções sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultado:

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre circulação de mercadorias e serviços em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

As alíquotas internas de ICMS variam entre 4% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Nos 16 estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de

forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (Mark-up), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado. Os impostos antecipados na forma de substituição tributária são registrados como custo de mercadorias revendidas de acordo com o regime de competência de venda dos produtos base de incidência.

PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias e administração de consórcios incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, exceto produtos beneficiados com isenções fiscais. Adotamos o regime não cumulativo, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, pelos quais as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre produtos que compramos e outras despesas.

Impostos sobre Serviços - ISS

O Imposto Sobre Serviço (ISS) é um tributo municipal, incidente sobre a prestação de serviço. Efetuamos o recolhimento na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, conforme legislação de cada município.

Devoluções sobre Vendas

Os montantes relativos às devoluções de vendas, efetuadas pelos nossos clientes, são registrados como deduções que impactam nossa receita líquida.

Custo das Mercadorias Revendidas e das Prestações de Serviços

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição (“CDs”) são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

Receitas (Despesas) Operacionais

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas são substancialmente decorrentes das operações das nossas lojas. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios, propaganda e marketing, distribuição e logística, aluguel, comunicação, segurança, energia e manutenção.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos centros de distribuição, escritórios centrais de Franca e João Pessoa, escritório de negócios de São Paulo e outras despesas corporativas, tais como consultorias e assessorias especializadas.

Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do ativo. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui

informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “forward looking”. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

Depreciação e amortização

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, ou do conjunto destes, por meio do método linear, fazendo com que o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado das nossas demonstrações financeiras. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial a participação da Companhia sobre os resultados líquidos de nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Outras receitas operacionais, líquidas consistem substancialmente da apropriação de receitas diferidas relativas a acordos de cessão de direito de exploração, realizadas por instituições financeiras para (i) gerirem a nossa folha de pagamento e oferecerem com exclusividade serviços bancários a nossos empregados; (ii) terem o direito de exclusividade para oferecerem serviços financeiros e produtos de seguros para os nossos clientes, por nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg e (iii) direito exclusivo de prestação do serviço de assistência tecnológica a partir do seguro de garantia estendida adquirido pelos clientes da Companhia. Os acordos de cessão de direitos de exploração, que são geralmente recebidos à vista, são registrados nas contas contábeis de caixa e receita diferida, no balanço patrimonial e apropriadas ao resultado do exercício mensalmente na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”. Adicionalmente, são registradas nessa rubrica as receitas e despesas “não recorrentes”, ou seja, aquelas que ocorrem de maneira específica em determinado exercício como créditos tributários extemporâneos, despesas pré-operacionais de lojas, entre outras.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais despesas financeiras são juros de empréstimos e financiamentos, encargos sobre antecipação de cartão de crédito, provisão para perda com juros de garantia estendida. As principais receitas financeiras são rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários, juros de vendas de garantia estendida e descontos obtidos e atualizações monetárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto sobre a renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e de consórcio de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

Imposto corrente: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do grupo da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Imposto diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“**impostos diferidos**”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, não sendo passíveis à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossas operações dependem das condições macroeconômicas e são afetadas principalmente por fatores como: (i) o crescimento do PIB; (ii) a distribuição de renda; (iii) a taxa de desemprego;

(iv) a variação real do salário; (v) a disponibilidade de crédito; (vi) a taxa de inflação; (vii) a taxa de juros; e (viii) o grau de confiança dos consumidores, entre outros.

Segundo o IBGE, a receita nominal de vendas do comércio varejista restrito apresentou crescimento de 2,2%, 1,8% e 5,0%, em 2017, 2018 e 2019, respectivamente, e o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou crescimento de 7,7% em 2017, queda de 1,4% em 2018 e crescimento de 6,7% em 2019. Apesar deste cenário macroeconômico desafiador nos últimos três anos, o Magazine Luiza conseguiu crescer de forma significativa, com ganhos de marketshare em todos os canais e também nas principais categorias de produtos.

Permanecemos confiantes na nossa capacidade de crescer, de continuar ganhando participação de mercado e melhorar cada vez mais nossa eficiência operacional. A execução disciplinada da nossa estratégia da Transformação Digital tem produzido bons resultados, e entendemos que existem grandes oportunidades para continuar crescendo nos próximos anos.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a receita bruta da Companhia cresceu 29,0% em relação ao ano anterior, comparado com o crescimento do mercado de móveis e eletrodomésticos de 6,7%, segundo dados do IBGE. Vale destacar também o crescimento das vendas totais do e-commerce da Companhia de 51,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em relação ao mesmo período em 2018, versus o crescimento do mercado online de 16,3%, segundo dados do Ebit, para o mesmo período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita bruta da Companhia cresceu 31,9% em relação ao ano anterior, comparado com o crescimento do mercado de móveis e eletrodomésticos que apresentou queda de 1,4%, segundo dados do IBGE. Vale destacar também o crescimento das vendas totais do e-commerce da Companhia de 60,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, versus o crescimento do mercado online de 11,5%, segundo dados do Ebit, para o mesmo período.

No longo prazo, as perspectivas são ainda mais positivas, considerando fatores como: (i) o crescimento do e-commerce, fomentado pela população jovem e cada vez mais conectada, pelo aumento da penetração de smartphones e da velocidade de transmissão de dados cada vez mais rápida; (ii) a evolução do nosso marketplace, incluindo o aumento significativo do sortimento atual e de novas categorias de produtos; (iii) o crescimento da Classe C, que representa a maior parte da população brasileira (iv) a baixa penetração de bens duráveis nos domicílios da Classe C; e (iv) o upgrade de consumo em função das novas tecnologias e funcionalidades dos produtos.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Historicamente, temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossas mercadorias. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem um ou mais setores em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, taxa de inflação ou na taxa de juros. Muitos produtos que comercializamos, especialmente nas linhas de eletroeletrônicos e informática, são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados de forma que seus custos variam significativamente com a variação do câmbio.

As rápidas inovações tecnológicas também têm provocado alterações nos preços de nossos produtos. Por um lado, os produtos eletroeletrônicos estão cada vez mais baratos para nós e para nossos clientes, em função das inovações tecnológicas e dos ganhos de escala, decorrentes da produção de volumes maiores. Por outro lado, os lançamentos de produtos têm sido mais frequentes e com funcionalidades cada vez mais atraentes para nossos consumidores, estimulando muitas vezes a compra de produtos mais caros e sofisticados.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Crescimento do PIB (%) ⁽¹⁾	1,17%	1,10%	1,00%
Inflação (IGP-M) (%) ⁽²⁾	7,3%	7,5%	-0,5%
Inflação (IPCA) (%) ⁽³⁾	4,3%	3,7%	3,0%
CDI Médio ⁽¹⁾ (%) ⁽⁴⁾	6,0%	6,4%	9,9%
TJLP (%) ⁽⁵⁾	6,2%	6,7%	7,0%
Taxa SELIC Média (%) ⁽⁶⁾	4,5%	6,6%	9,8%
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%)	-3,9%	-14,6%	-1,5%
Taxa de câmbio (fechamento) - R\$ por US\$1,00 ⁽⁷⁾	4,0	3,9	3,3
Taxa média de câmbio - R\$ por US\$1,00 ⁽⁸⁾	3,9	3,7	3,2

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

(1) Fonte: Banco Central

(2) Inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

(3) A inflação (IPCA) é um índice de Preços ao Consumidor

(4) Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

(5) Taxa média ajustada e ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no sistema SELIC ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas (dados do fim dos períodos). Fonte: Banco Central.

(6) Taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

(7) Média das taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de nossa relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos.

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços de nossos produtos. A variação cambial afeta os custos de grande parte de nossos fornecedores, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto. Um aumento significativo do dólar norte americano encareceria os produtos eletroeletrônicos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado, uma redução do dólar norte americano tornaria esses produtos ainda mais baratos, estimulando ainda mais suas vendas.

A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de nossos fornecedores e, conseqüentemente, os preços para nossos clientes. Como vendemos milhares de produtos, fabricados por centenas de fornecedores em diversos segmentos de atuação, acreditamos que nossa exposição à variação de um único insumo seja bastante reduzida.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias. Por outro lado, nossas receitas de operações de crédito poderiam aumentar, na medida em que possamos repassar o aumento da taxa de juros para nossos clientes. Nesse cenário, nossas despesas financeiras também seriam afetadas negativamente, principalmente nas operações de varejo, tipicamente alavancadas por capital de terceiros. O custo das operações de crédito, oriundos das captações via depósitos inter-financeiros na Luizacred, também seriam adversamente afetados. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira, juros de empréstimos bancários e principalmente o custo com a antecipação dos recebíveis.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações contábeis

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia informam que houve as aquisições descritas a seguir:

Aquisição Logbee

Em 07 de maio de 2018, foi consumada a aquisição da startup de tecnologia aplicada à logística Abelha Serviços de Hospedagem na Internet Ltda – ME (“Logbee”), sociedade limitada, com sede na cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, também conhecida como “Logbee”, que é uma plataforma que gerencia em tempo real entregas expressas de produtos leves, realizadas diariamente por diversos parceiros, empreendedores e donos de seus próprios veículos.

A aquisição da Logbee fortaleceu a Malha Luiza, composta por mais de 1.900 micro-transportadores, responsáveis por mais de 80% de todas as entregas da Companhia e pelo abastecimento das lojas. Incluindo a Logbee, a Malha Luiza aumentará de forma significativa a entrega de produtos leves, com a mesma eficiência e qualidade das entregas atuais. A Logbee também terá um papel muito importante em projetos como o ShipfromStore e o FullfilmentbyMagalu, estendendo os diferenciais da nossa logística para os sellers do nosso marketplace.

O valor justo do intangível identificado na combinação de negócios com a Logbee é de R\$ 3,9 milhões. Não foram identificados outros ativos e passivos relevantes na transação.

Aquisição Softbox

Em 13 de dezembro de 2018, foi consumada a aquisição das empresas de tecnologia Softbox Sistemas de Informação, Certa Administração e Kelex Tecnologia (em conjunto, “Softbox”). A Softbox oferece soluções para empresas de varejo e indústria de bens de consumo que desejam vender digitalmente ao consumidor final.

A aquisição permitirá ao Magazine Luiza ser parceiro de varejistas e indústrias em todos os passos para a venda online, desde a chegada ao mundo do varejo digital, passando pela venda em seu marketplace, até a entrega para o cliente final. A aquisição marca um novo ciclo de transformação do Magazine Luiza: de varejista multicanal para uma plataforma digital, ou seja, um ecossistema, baseado em tecnologia, dados e processos digitais e complementa outras aquisições realizadas, como Integra Commerce e Logbee.

O preço base de aquisição definido em contrato foi de R\$ 43.561 mil, dividido em três formas de pagamento: (i) R\$ 13.950 mil integralmente pagos no “closing” do processo de aquisição; (ii) R\$13.950 mil a serem pagos ao longo de 5 anos; e (iii) R\$15.661 mil a serem pagos em 5 anos mediante cessão de ações da Companhia, ou fundos imediatamente disponíveis em caso de inviabilidade da cessão de ações, sendo a quantidade de ações calculada na data de aquisição.

Aquisição Netshoes

Em 14 de junho de 2019 a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações, que também compreende 100% do capital votante das empresas do Grupo Netshoes (“Netshoes”). Fundada em 2000, a Netshoes é uma empresa líder no varejo online de roupas, calçados e artigos esportivos, com 5,8 milhões de clientes ativos e marcas renomadas como Netshoes, Zattini e Shoestock. A aquisição representa um passo significativo na estratégia de crescimento exponencial do Magalu, aumentando a base de clientes online e a frequência de compra, e representa um marco na entrada em novas categorias com alto potencial de crescimento.

A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$453.247 mil, cujo desembolso foi completamente realizado na data de fechamento da operação.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no exercício social corrente e nos três últimos exercícios sociais quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia aplicou em 1º de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas.

Também em 1º de janeiro de 2019 a Companhia aplicou inicialmente a análise sobre o ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, porém a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47/IFRS 15 -Receitas de Contratos com Clientes, usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data de aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 e 2016 não foi reapresentada e, dessa forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com as normas anteriormente vigentes.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

Efeito de transição

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, alugueis de impressoras), bem como de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 4,29% a.a. a 4,64% a.a na controladora, a depender dos prazos dos contratos e, aproximadamente, 8,00% a.a. na controlada Netshoes.

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu R\$ 1,9 bilhões de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

Considerando os requisitos da norma, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, antes registradas como despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 279.774 (R\$ 292.281 no Consolidado) de depreciação e R\$ 147.715 (R\$ 152.353 no Consolidado) de juros destes arrendamentos.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Adoção Inicial - IFRS 16	1.947.468	1.947.468
Remensuração	77.962	87.455
Adição	384.869	384.869
Custos diretos iniciais	43.375	43.375
Transferência de Imobilizado	8.495	8.495
Transferência de Intangível	22.345	22.345
Adição por combinação de negócios	-	72.973
Baixa	(913)	(913)
Depreciação	(279.774)	(292.281)
Total	2.203.827	2.273.786
Composição		
Valor do custo	2.606.785	2.697.648
Depreciação acumulada	(402.958)	(423.862)
Imobilizado líquido	2.203.827	2.273.786

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Adoção Inicial	1.947.468	1.947.468
Remensuração de contratos	77.962	87.455
Adição de novos contratos	386.015	386.015
Adição por combinação de negócios	-	73.693
Pagamento de principal	(205.695)	(214.309)
Pagamento de juros	(147.715)	(152.353)
Juros provisionados	147.715	152.353
Saldo final	2.205.750	2.280.322
Passivo circulante	311.960	330.571

Passivo não circulante **1.893.790** **1.949.751**

CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas e interpretações relacionadas.

O efeito da aplicação inicial dessa norma é atribuído principalmente:

- Estimativa da contraprestação variável relacionada às devoluções de mercadorias.

	01/01/2018
Receita líquida de vendas	(3.226)
Custo das mercadorias revendidas	2.458
IR/CS	261
Efeito da adoção inicial	(507)

A Companhia avaliou os impactos do programa de fidelização de clientes, devoluções de serviços, serviços oferecidos gratuitamente e não foi identificado valores materiais para ajuste na adoção inicial.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

i) Classificação e mensuração de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge).

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA (ver nota explicativa 29): Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

Categoria de Instrumentos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 39/IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor Contábil de acordo com o CPC 38/IAS 39	Novo valor original contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9
Caixa e bancos	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	91.928	91.928
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	Empréstimos e Recebíveis	VJORA	837.201	817.717
Contas a receber - Demais contas a receber	Empréstimos e	Custo	408.830	394.105

de clientes e de acordos comerciais	Recebíveis	amortizado		
Contas a receber de partes relacionadas	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	54.428	54.428
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	Empréstimos e Recebíveis	VJR	42.338	40.328
Mantidos para negociação - Equivalentes de caixa	A valor justo por meio do resultado	VJR	320.779	320.779
Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários - Fundo não exclusivos	A valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	10.995	10.995
Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários - Fundo exclusivo	A valor justo por meio do resultado	VJR	1.247.180	1.247.180
Instrumentos Derivativos Ativo	A valor justo por meio do resultado	VJR	1.378	1.378
			3.015.057	2.978.838

ii) Impairment de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e aos mensurados a VJORA. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “forwardlooking”. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Apresentação do impairment

Provisões para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para os ativos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA.

As perdas por impairment relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA.

Impacto do novo modelo de impairment

Para ativos no escopo do modelo de impairment do CPC 48 / IFRS 9, as perdas por impairment devem aumentar e se tornar mais voláteis.

Contas a receber e ativos contratuais

A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 12 meses.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como: nível de risco de crédito e status de inadimplência. A experiência real de perda de crédito foi ajustada por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos macroeconômicos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A seguir apresentaremos o efeito total do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

	01/01/2018
Contas a receber-Cartão de Crédito-VJORA	(19.483)
Contas a receber - PCLD - <i>Impairment</i>	(14.726)
	(2.010)
Contas a receber com partes relacionadas – Cartão de Crédito - VJR	(56.816)
Investimentos em controlada em conjunto - <i>Impairment</i>	
IR/CS	12.315
Efeito da adoção inicial	<u>(80.720)</u>

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram emitidos sem ressalvas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nos seguintes aspectos:

- Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- Receita líquida de vendas: determinação se a Companhia atua como agente na transação ou como principal; e
- Arrendamentos compromissados: determinação se um contrato contém um arrendamento e classificação de arrendamento mercantil.

Incertezas sobre estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nos seguintes aspectos:

- Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos;
- Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques.
- Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.
- Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração.
- Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. A determinação do ágio na aquisição de redes de empresas de varejo é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão;

- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Como mencionado no item 10.4 deste Formulário de Referência, a Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, registrando em seu balanço um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento relacionado aos contratos de arrendamento detidos naquela data. Como permitido na regra de transição, a Companhia não reapresentou as demonstrações contábeis dos períodos comparativos. Assim, em seus balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2017 e 2018 não estão evidenciados os contratos de arrendamento mercantis operacionais, estando evidenciados o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os investimentos na aquisição de imobilizado e ativo intangível somaram R\$521,5 milhões, incluindo a abertura de 159 novas lojas e maiores investimentos em tecnologia e logística.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pela nossa geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem desinvestimentos relevantes em andamento ou previsão de realiza-los.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Além das aquisições informadas no item 10.3.b, não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

ANEXO III

ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(conforme artigo 10, inciso I, da Instrução CVM 481)

12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual participação de nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Carlos Renato Donzelli	29/10/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/04/2020	AGO/2021	10
122.456.288-70	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	09/04/2020	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor; e Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance.					
Inês Corrêa de Souza	09/08/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/04/2020	AGO/2021	10
299.870.677-00	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	09/04/2020	Não	100.00%
Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor.					
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	09/10/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/04/2020	AGO/2021	14
052.571.868-02	Empresária	20 - Presidente do Conselho de Administração	09/04/2020	Sim	100%
Membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital.					
Marcelo José Ferreira e Silva	18/03/1951	Pertence apenas ao Conselho de	09/04/2020	AGO/2021	3

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
		Administração			
018.752.214-68	Economista	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	09/04/2020	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance; do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor; do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital.					
José Paschoal Rossetti	18/09/1941	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/04/2020	AGO/2021	3
016.391.880-53	Professor	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	09/04/2020	Sim	92%
Não há.					
Betânia Tanure de Barros	14/04/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/04/2020	AGO/2021	2
385.001.086-49	Psicóloga e Empresária	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	09/04/2020	Sim	96%
Membro Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional.					
Sílvio Romero de Lemos Meira	02/02/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/04/2020	AGO/2021	1
851.577.168-34	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	09/04/2020	Sim	100%
Membro do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital.					
José Antônio Palamoni	22/06/1937	Conselho Fiscal	09/04/2020	AGO/2021	1
202.536.998-00	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	09/04/2020	Sim	100.00%
Não há.					
Walbert Antônio dos Santos	26/10/1957	Conselho Fiscal	09/04/2020	AGO/2021	1
867.321.888-87	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito	09/04/2020	Sim	100.00%

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Não há.		p/Controlador			
Mauro Marangoni	18/10/1949	Conselho Fiscal	09/04/2020	AGO/2021	7
541.922.008-30	Advogado	46 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	09/04/2020	Sim	0.00%
Não há.					
Robinson Leonardo Nogueira	29/04/1976	Conselho Fiscal	09/04/2020	AGO/2021	7
201.470.788-06	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	09/04/2020	Sim	0.00%
Não há.					
Thiago Costa Jacinto	08/09/1985	Conselho Fiscal	09/04/2020	AGO/2021	3
010.562.761-50	Empresário	48 - C.F.(Suplente)Eleito p/Minor.Ordinaristas	09/04/2020	Não	0.00%
Não há.					
Eduardo Christovam Galdi Mestieri	08/01/1991	Conselho Fiscal	09/04/2020	AGO/2021	3
398.427.698-28	Empresário	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	09/04/2020	Não	100.00%
Não há.					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Roberto Bellissimo Rodrigues - 251.674.028-08					
Roberto Bellissimo Rodrigues – Tem graduação em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1997. Iniciou sua carreira na área de mercado de Capitais no Bradesco BBI no período de 1997 a 2001. Iniciou suas atividades na Companhia em maio de 2001, onde respondeu pela Coordenação no Departamento de Orçamento, Gerente de Controladoria, Diretor de Controladoria e, em 2010, assumiu nossas Diretorias Financeira e de Relações com Investidores. Atualmente, é também membro do conselho de administração da Luizacred S/A, companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2012. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.					
Maria Isabel Bonfim de Oliveira - 046.688.188-60					
<p>Maria Isabel Bonfim de Oliveira – Formada como Técnica de Contabilidade pelo Instituto Francano de Ensino em 1982, iniciou suas atividades na Companhia. em 1982 como contadora e, em 1992, passou a gerenciar o Departamento de Orçamento. Atuou como Diretora de Controladoria a partir de 2001 e, em 2010, tornou-se nossa Diretora de Administração e Controle. Atualmente, é membro do conselho de administração da Luizaseg Seguros S/A, companhia do setor de seguros, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2007. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>					
Frederico Trajano Inácio Rodrigues - 253.929.608-47					
<p>Frederico Trajano Inácio Rodrigues – Tem graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e especialização em Finanças pela University of Califórnia – Berkeley. Iniciou sua carreira atuando nos setores de varejo e bens de consumo na Deutsche Bank Securities entre os anos de 1998 e 1999. Trabalhou nos setores de tecnologia, internet e telecomunicações na Westsphere Equity Investors, entre os anos de 1999 a 2000. Iniciou suas atividades na Companhia em maio de 2000, onde respondeu pelo departamento de E-Commerce. Em 2002, assumiu nossa Diretoria de Marketing. Em 2005, foi eleito Diretor Comercial estatutário, em 2010, eleito Diretor Executivo de Vendas e Marketing e em 2015, eleito Diretor Presidente. Atualmente, é também membro efetivo do Conselho de Administração da Luizaseg Seguros S/A, companhia do setor de seguros, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2005. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.					
Fabrício Bittar Garcia - 212.460.718-94					
Fabrício Bittar Garcia – Graduou-se em administração de empresas pelo Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF) e fez especialização em administração de empresas pela Universidade de São Paulo. Iniciou sua carreira atuando na área comercial da Companhia em 1996. Assumiu o cargo de Gerente Adjunto de Compras em 2003 e passou a Diretor Adjunto de Compras e Diretor de Compras entre os anos de 2006 e 2009. De agosto de 2010 a fevereiro de 2016, ocupou o cargo de Diretor Comercial e, a partir de fevereiro de 2016 foi eleito Diretor Vice-Presidente do Magazine Luiza. Atualmente, é membro suplente do Conselho de Administração da Luizacred S/A, companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2009. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.					
André Luiz de Souza Fatala - 306.571.038-29					
André Luiz de Souza Fatala – Formou-se como Técnico em Processamento de Dados pela Escola Técnica Estadual de São Paulo (Etec/SP). Iniciou sua carreira profissional em 2000 no Submarino como desenvolvedor onde adquiriu experiência participando da construção de uma plataforma de ecommerce para grande escala. Foi gerente de produtos da Predicta, onde foi responsável pelo desenvolvimento de ferramentas com alto poder de processamento para análise de dados em ambiente digital. Iniciou sua carreira no Magazine Luiza em 2010 no time de tecnologia do E-commerce. Em 2011 foi responsável pelo desenvolvimento do Magazine Você e logo depois pela área de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia - que veio a se tornar o Luizalabs. Em 2015 assumiu a Diretoria do Luizalabs e passou a liderar o desenvolvimento dos canais de venda - e-commerce e lojas físicas. Atualmente é Diretor de Tecnologia da companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Eduardo Benjamin Galanternick - 028.384.327-61					
<p>Eduardo Benjamin Galanternick – Formado em administração de empresas pela PUC do Rio de Janeiro, tem MBA Executivo na paulistana FAAP. Iniciou sua carreira no Carrefour.com e depois teve sua primeira passagem como diretor no e-commerce do Magazine Luiza. Ocupou o cargo de CMO na B2W, antes de retornar aos quadros do Magazine Luiza para liderar a área de comércio eletrônico. Atualmente, Eduardo Galanternick é diretor de E-commerce da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>					
Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70					
<p>Carlos Renato Donzelli – Formou-se como técnico em contabilidade pela Escola Estadual Torquato Caleiro em 1987; graduado em Administração pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 1991; pós-graduado em Administração Financeira com ênfase em Auditoria e Marketing pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação – FACEF/INPG em 1993; e mestre em Gestão Empresarial pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 2002. Especialização no Curso de Extensão no Programa de Gestão Avançada – PGA – Turma 26/2015 - Programa realizado pela Fundação Dom Cabral em parceria com INSEAD. Passou por vários cargos no Banco do Brasil entre 1985 e 1995, sendo o último Gerente de Atendimentos Especiais. Iniciou seu trabalho na Luiza Factoring em 1995 e, em 1997, passou a gerenciar o departamento financeiro da Holding do Grupo – MTG Administração e Assessoria S/C Ltda. Atuou como gerente financeiro da Companhia em 2000 e, em seguida, assumiu a posição de Diretor Financeiro. Desde 2009, é membro do Conselho de Administração da Companhia. Conselheiro na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), desde sua criação em 2014. É também membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor da Companhia, e membro suplente do Conselho de Administração da Luizacred S/A., companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2013. Presta serviços de conselheiro para o INEPAD Consulting, desde janeiro de 2019. Membro do Conselho deliberativo da Flormel Indústria de Alimentos S/A, desde agosto de 2019 e Membro Observador no Conselho de Administração da Empresa Tecsoil Automação e Sistemas S/A – Solinfitec, desde fevereiro de 2020. Atuante em associações e empresas do terceiro setor: ONG Franca Viva, como Vice-Presidente e Conselheiro a partir de janeiro de 2010, na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) desde a criação em 2014, , no Instituto Brasil a Gosto como conselheiro, Presidente do Conselho no Franca Basquete desde 2014, além de Vice Presidente Financeiro da Liga Nacional de Basquete (LNB) desde 2018 e docente das disciplinas Administração Financeira e Gestão Empresarial nos cursos de graduação e pós graduação</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
<p>no Uni-FACEF. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>					
Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00					
<p>Inês Corrêa de Souza – Graduiu-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. É sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, empresa que iniciou suas atividades em 2004. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Eletric do Brasil S.A. entre 1973 e 1975. Posteriormente foi Diretora Financeira da Companhia Vale do Rio Doce, onde exerceu diversos cargos executivos entre 1976 e 1999, tendo atuado também como Membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo Vale. Foi Presidente do Banco UBS S.A. e diretora geral do UBS AG no Brasil, tendo sido responsável também pelas áreas de Operações, Finanças Corporativas e Wealth Management do Banco UBS Warburg entre 1999 e 2004. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de manutenção, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da STOGAS S.A., companhia do setor de óleo e gás, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da Radix Engenharia e Software S.A., companhia do setor de tecnologia, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, e da BBM Logística S.A., companhia do setor logístico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, atuando também em diversos comitês. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02					
<p>Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito de Franca em 1972. É mãe de Frederico Trajano Inácio Rodrigues, hoje, Diretor Presidente da Companhia, sobrinha dos fundadores Luiza Trajano Donato e Pelegrino José Donato. Iniciou suas atividades profissionais em nossa Companhia, e passou por todos os departamentos do grupo: da cobrança à gerência, das vendas à direção comercial. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente, após participar da criação da holding que veio para profissionalizar as empresas e definir o processo sucessório do grupo e, posteriormente, assumiu a Presidência, cargo que ocupou de 2009 a 2015. Foi membro do Conselho Nacional da Gestão Pública (gestão 2007-2010) e, em 2008, passou a fazer parte do Conselho Superior Estratégico da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). No mesmo ano foi nomeada como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), posição que ocupou até 2018. Assumiu também a Presidência do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para os biênios 2009-2010 e 2015-2016, entidade onde atualmente é Conselheira. É Presidente do Grupo Mulheres do Brasil, do qual participou de sua fundação em 2013. Faz parte do Conselho de Administração da Companhia desde a sua criação, em junho de 2005, sendo atualmente Presidente do Conselho. Em 2008, participou do Conselho de Administração da Sadia S.A. Participou do Conselho de Administração da Luizacred S.A. de 2002 a 2013, tendo ocupado o cargo de Presidente do Conselho em 2012. Além disso, realiza trabalhos voluntários na "ONG – Franca Viva", entidade em que ela participou da fundação na Cidade de Franca e já realizou a formação de mais de 2 mil alunos em cursos de informática. Ocupou também uma das cinco vice-presidências do Conselho Diretor do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Foi indicada pela Presidência da república para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Público Olímpico da Autoridade Pública Olímpica, cargo que ocupou até 30 de março de 2017, motivo pelo qual declara que é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada. Também participa voluntariamente como Conselheira da FEA USP de Ribeirão Preto, e Conselho Consultivo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Além disso, é conferencista em diversos eventos, em que relata, entre outros assuntos, sua experiência em gestão de pessoas. Em 2019, foi eleita para o Conselho de Administração da Arezzo&co, companhia do setor calçadista, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.					
Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68					
<p>Marcelo José Ferreira e Silva - graduado em economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e pós-graduado em Administração Financeira pela Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP). Iniciou sua carreira no Banco dos Plantadores de Cana de Pernambuco, atuou na área de auditoria na Arthur Andersen & Co (1971 a 1978). Trabalhou no Grupo Bompreço, como CFO/CEO (1978 a 2001). Atuou como CEO na G Barbosa (2002) e nas Casas Pernambucanas (2002 a 2009). De 2009 a 2015, ocupou o cargo de CEO do Magazine Luiza. É membro do Conselho de Administração: Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte S/A, companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2013; Movid Participações S/A, empresa do setor de aluguel de carros, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário; Grupo Avenida, empresa do setor de varejo de vestuário, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário; Raia Drogasil S/A, empresa do setor de varejo farmacêutico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. É membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Em agosto de 2012, foi negado, pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, o recurso interposto pelo Sr. Marcelo contra decisão da CVM em processo administrativo envolvendo atividades relacionadas ao cargo de Diretor de Relações com Investidores da Bompreço S.A. Supermercados do Nordeste, no qual lhe foi imposta multa pecuniária, sendo devidamente quitada.</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
José Paschoal Rossetti - 016.391.880-53					
<p>José Paschoal Rossetti - Economista. Professor e pesquisador da Fundação Dom Cabral, nos cursos MBA e em programas de gestão avançada, realizados em parceria com a INSEAD e com a Kellogg School of Management. Desde a segunda metade dos anos 70, atuou como consultor de mais de 50 grandes empresas, em análise de cenários para planejamento estratégico e estruturação de sistemas de governança corporativa. Nos últimos anos, tem conduzido trabalhos de estruturação de sistemas de governança corporativa em grandes empresas. Fundador e Sócio Diretor da empresa de consultoria em governança corporativa Rossetti & Associados, que atua em aliança com o Centro de Governança de Empresas de Controle Familiar da PwC. Conselheiro de grandes grupos empresariais. Atualmente, é membro dos Conselhos de Administração da Companhia, do Grupo Boticário, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da Química Amparo/YPÊ, companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da CSD – Companhia Sulamericana de Distribuição, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de manutenção, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. É Presidente do Conselho de Administração das Usinas Santa Adélia, companhia do setor sucroenergético, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Ex-professor titular dos Departamentos de Economia das seguintes escolas de Ensino Superior: Instituto Presbiteriano Mackenzie (Mackenzie), Pontifícia Universidade Católica - São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica - Campinas (PUC-Campinas) e Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Autor de diversos livros, nas áreas de economia e governança corporativa, tendo mais de 200 artigos em publicações especializadas, dentre elas, Introdução à economia, Economia monetária, Contabilidade social, Economia de mercado: fundamentos, falácias e valores e Transição 2000: tendências, mudanças e estratégias. Seu mais recente livro é Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências (S. Paulo, Atlas, 8ª edição 2019). Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.					
Betânia Tanure de Barros - 385.001.086-49					
<p>Betânia Tanure de Barros – Graduiu-se em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (“PUC/MG”). É pós graduada em Management Consulting pela Henley Management College (Inglaterra) e doutora pela Brunel University (Inglaterra). Sócia fundadora da Betania Tanure Associados, foi professora da PUC/MG nos cursos de mestrado e doutorado realizados em parceria com a Fundação Dom Cabral, e atuou durante 15 (quinze) anos como diretora pela Fundação Dom Cabral responsável por toda a área de desenvolvimento de executivos, empresas e parcerias empresariais. É professora convidada do INSEAD (França), do TRIUM (New York University, London School of Economics, HEC) e da London Business School (Inglaterra) e também conferencista em eventos no Brasil e no exterior nas áreas de gestão empresarial, desenvolvimento de executivos, gestão de cultura em processos de transformação, em fusões e aquisições, liderança e equipes de alta performance, impacto da cultura do país nos processos de internacionalização, gestão de pessoas e governança. Atua em projetos de diversas empresas nacionais e internacionais como por exemplo ArcelorMittal, Banco Itaú, Banco Central do Brasil, Gol, Natura, Localiza, entre outras. Autora de diversos livros, artigos, papers e cases publicados no Brasil e no exterior, inclusive artigos na Harvard Business Review. Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de Pessoas da MRV Engenharia e Participações S/A, companhia do setor de construção civil, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, tendo sido conselheira em outros grandes grupos brasileiros como o Grupo RBS (RBS Participações S.A.), companhia do setor de comunicação, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e Medial Saúde S.A., companhia do setor de serviços de saúde, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
<p>tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>					
<p>Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34</p>					
<p>Sílvio Romero de Lemos Meira – Graduiu-se em engenharia eletrônica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica em 1977; é mestre em informática pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco e PhD em computação pela University of Kent at Canterbury, Inglaterra. É professor emérito do Centro de Informática da UFPE – RECIFE; professor extraordinário da CESAR.SCHOOL, RECIFE; fundador e presidente do Conselho de Administração do Porto Digital, fundador e cientista-chefe da TDS.company. É professor titular aposentado do Centro de Informática da UFPE. Fundou e foi o cientista-chefe do C.E.S.A.R, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife até julho de 2014, foi professor associado da Escola de Direito da FGV-RIO entre 2014 e 2017 e foi Fellow e Faculty Associate do Berkman Center, Harvard University, de 2012 a 2015. É consultor e palestrante em políticas e estratégias de negócios digitais, TICs, criatividade, inovação e empreendedorismo. Autor de mais de trezentos artigos científicos e centenas de textos sobre tecnologias da informação e seu impacto na economia, sociedade e pessoas, além de autor do livro “Novos Negócios Inovadores de Crescimento Empreendedor no Brasil”, orientou mais de 200 dissertações de mestrado e teses de doutorado em Ciência da Computação. Detém as ordens nacionais do mérito científico (1996), do Rio Branco (2001) e a medalha do conhecimento do MDIC (2008). Em 2006, recebeu do Governo de Pernambuco a mais alta comenda do estado, a ordem do mérito dos Guararapes. Em 2007, a época o elegeu um dos 100 brasileiros mais influentes. Em 2011 foi escolhido por O Globo como personalidade do ano da economia brasileira. Em 2013, a Revista Galileu o escolheu um dos 100 brasileiros mais influentes na web. Não trabalhou, nos últimos 5 anos, em qualquer empresa que integre o grupo econômico da Companhia ou que seja controlada por acionista da Companhia. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Gestão do Porto Digital, associação civil de direito privado sem fins econômicos. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada..</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
José Antônio Palamoni - 202.536.998-00					
<p>José Antônio Palamoni – Formou-se como técnico contábil com curso de matemática financeira, liderança, gestão estratégica e tributária no Instituto Francano de Ensino em 1961. Iniciou suas atividades na Companhia em 1963, como contador. Atua, desde 1991, como Diretor Executivo do Grupo Luiza e participa ativamente do Conselho de Administração da holding dos acionistas. Foi também membro do conselho de administração da Luizacred S/A, companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2002 e permanecido até 2018. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia de 2005 a 2017, membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance de 2012 a 2017 e membro do Conselho Fiscal desde 2018. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>					
Walbert Antônio dos Santos - 867.321.888-87					
<p>Walbert Antônio dos Santos – Graduiu-se em Ciências Contábeis pela Faculdade Visconde de Cairu, em 1996. Iniciou suas atividades profissionais na área bancária, onde trabalhou na Caixa Econômica Federal de 1976 a 1980. Posteriormente atuou durante 35 anos como auditor e consultor empresarial, tendo sido Sócio da Arthur Andersen & CO e após 2002, Sócio da Deloitte Touche Thomatsu auditores, onde encerrou sua carreira em 2015. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>					
Mauro Marangoni - 541.922.008-30					
<p>Mauro Marangoni graduou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de Franca-SP, em 1986, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob nº 110.596. Iniciou suas atividades na MTG Participações, companhia do setor de administração e participações, integrante do grupo econômico da Companhia, no ano de 1991, onde desenvolve seu trabalho nas áreas cível e imobiliária</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
<p>e, em 29 de abril de 2013, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>					
Robinson Leonardo Nogueira - 201.470.788-06					
<p>Robinson Leonardo Nogueira é graduado em administração de empresas pela Universidade Luterana do Brasil, MBA em controladoria e finanças pela UNIFACEF, técnico em contabilidade e especialização profissional pela ANBIMA CPA-20. Iniciou suas atividades na MTG Participações em 2001, exercendo suas atividades no departamento de contabilidade fiscal e gerencial. Em 2005, assumiu a gestão de controladoria. Atualmente responde pela gestão de investimentos, riscos e tesouraria da MTG, companhia do setor de administração e participações, integrante do grupo econômico da Companhia e, em 29 de abril de 2013, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>					
Thiago Costa Jacinto - 010.562.761-50					
<p>Thiago Costa Jacinto cursa o 4º ano de Ciências Econômicas na Fundação Armando Álvares Penteado. Iniciou sua carreira na área de contabilidade para pessoa jurídica na LC Contabilidade Ltda., entre 2004 e 2006. Atuou como analista de empresas e trader de ações na CM Capital Markets Asset Management de 2006 a 2007. Trabalhou na Ashmore Brasil Gestão de Recursos Ltda de 2007 a 2009 como analista de empresas e trader de renda fixa, moedas e derivativos, local e offshore. Em 2009 fundou o TCJ Capital, fundo de investimento em ações, onde atuou como analista de empresas e gestor. Em 2015 o TCJ Capital foi incorporado pela Alaska Asset Management, companhia do setor financeiro, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, onde atua no time de gestão, exercendo a função de analista de empresas brasileiras e estrangeiras. É conselheiro fiscal da Unicasa Indústria de Móveis S/A desde 2015. É membro do Conselho Fiscal da</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
<p>Companhia desde 2016. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>					
<p>Eduardo Christovam Galdi Mestieri - 398.427.698-28</p>					
<p>Eduardo Christovam Galdi Mestieri - Formado em Administração de empresas pelo Insper, em Dezembro 2012. Ingressou na Skipper Investimentos como estagiário em Julho 2012 e se juntou ao time de análise em 2013, onde permaneceu até a fusão com a VentureStar Investimentos em setembro de 2013. Na VentureStar continuou como Analista até a formação da Alaska Asset Management, companhia do setor financeiro, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. É membro do Conselho Fiscal da Companhia desde 2016. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>					

12.7 / 12.8 - Composição dos comitês

A nova composição do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional, Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital, órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração, somente será definida em momento posterior, pelos próprios conselheiros eleitos em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 09 de abril de 2020.

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data de posse	Número de mandatos consecutivos	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Betânia Tanure de Barros	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Psicóloga	15/04/2019	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2020	100.00%
385.001.086-49	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional		14/04/1961	15/04/2019	2	
Membro do Conselho de Administração.						
Carlos Renato Donzelli	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	15/04/2019	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2020	100.00%
122.456.288-70	Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor		29/10/1969	15/04/2019	7	
Membro do Conselho de Administração; e Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance.						
Carlos Renato Donzelli	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	15/04/2019	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2020	90.00%
122.456.288-70	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		29/10/1969	15/04/2019	7	
Membro do Conselho de Administração; e Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor.						
Emília Telma Nery Rodrigues Geron	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Assistente Social	15/04/2019	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2020	100.00%

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data de posse	Número de mandatos consecutivos	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
058.907.558-62	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional		22/10/1962	15/04/2019	3	
Não há						
Inês Corrêa de Souza	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	15/04/2019	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2020	100.00%
299.870.677-00	Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor		09/08/1950	15/04/2019	7	
Membro do Conselho de Administração.						
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresaria	15/04/2019	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2020	100.00%
052.571.868-02	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional		09/10/1948	15/04/2019	3	
Presidente do Conselho de Administração; e membro do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital.						
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresaria	15/04/2019	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2020	100.00%
052.571.868-02	Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital		09/10/1948	15/04/2019	3	
Presidente do Conselho de Administração; e membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	15/04/2019	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2020	90.00%
018.752.214-68	Comitê de Auditoria,		18/03/1951	15/04/2019	3	

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data de posse	Número de mandatos consecutivos	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
	Riscos e Compliance					
Vice-Presidente do Conselho de Administração; membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	15/04/2019	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2020	100.00%
018.752.214-68	Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor		18/03/1951	15/04/2019	2	
Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	15/04/2019	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2020	100.00%
018.752.214-68	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional		18/03/1951	15/04/2019	3	
Vice-Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	15/04/2019	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2020	100.00%
018.752.214-68	Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital		18/03/1951	15/04/2019	3	

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data de posse	Número de mandatos consecutivos	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Vice-Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance						
Paulo Antônio Baraldi	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador e Administrador de Empresas	15/04/2019	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2020	100.00%
487.827.268-68	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		03/06/1949	15/04/2019	6	
Não há						
Sílvio Romero de Lemos Meira	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	15/04/2019	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2020	100.00%
851.577.168-34	Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital		02/02/1955	15/04/2019	3	
Não há.						
Fernando Fontes Iunes	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	15/04/2019	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2020	100.00%
077.518.888-30	Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor		22/09/1962	15/04/2019	1	
Não há.						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações						
Betânia Tanure de Barros - 385.001.086-49						
Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.						

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data de posse	Número mandatos consecutivos de	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70						
Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.						
Emília Telma Nery Rodrigues Geron - 058.907.558-62						
Emília Telma Nery Rodrigues Geron, graduou-se em serviço social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, em 1984, e em direito, pela Faculdade de Direito de Franca – FDF, em 1991. Em 1992, formou-se em Psicodrama pelo Instituto Ânimus Psicodrama e Educação - São Paulo (entidade ligada à FEBRAP – Federação Brasileira de Psicodrama). Formou-se também em Gestão Estratégica de Pessoas (GEP) pela Fundação Dom Cabral, em 2014. Em 2015, participou do Curso para Conselheiros de Administração no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Trabalhou no Magazine Luiza durante 31 anos, ocupando vários cargos dentro da área de Recursos Humanos, inclusive ocupando a cadeira de Diretora de Recursos Humanos de 2003 a março de 2016. Atualmente, é membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.						
Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00						
Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.						
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02						

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data de posse	Número mandatos consecutivos de	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.						
Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68						
Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.						
Paulo Antônio Baraldi - 487.827.268-68						
<p>Paulo Antônio Baraldi graduou-se em Ciências Contábeis e em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas em 1975, cursou o Advanced Management Programme do INSEAD – França em 1996. Participou em diversos cursos no Brasil e no Exterior, inclusive como palestrante, através das empresas em que foi sócio. Foi sócio nas seguintes empresas de consultoria e auditoria: Coopers & Lybrand, Arthur Andersen e Deloitte entre 1986 e 2003. Atualmente é sócio na Risk at Risk Consulting, empresa de Consultoria que iniciou suas atividades em 2003. Foi conselheiro fiscal do Banco Votorantim S.A. entre 2009 e 2010, do Banco ABC Brasil S.A entre 2010 e 2011 e na Renuka do Brasil S.A em 2012. Participou do comitê de auditoria do Grupo Novo Mundo entre 2010 a 2012. Desde 2007 é membro do comitê de auditoria do Grupo José Alves. Em 30 de abril de 2013 foi eleito membro do Comitê de Auditoria da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>						
Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34						

Nome	Tipo comitê		Cargo ocupado		Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato		Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição comitês	outros	Descrição cargos ocupados	outros	Data de nascimento	Data de posse	Número mandatos consecutivos	de	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia									
Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.									
Fernando Fontes lunes - 077.518.888-30									
<p>Fernando Fontes lunes – Formou-se em engenharia civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade Mackenzie e obteve o título de Mestre e Doutor pela Universidade de Londres. Foi sócio e diretor executivo responsável pela área global de Investment Banking do Banco Itaú BBA S.A. de 2010 a 2015, período em que contribuiu para estabelecer uma plataforma líder de Investment Banking na América Latina, com atividades no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru e México. Anteriormente exerceu diversos cargos nos Bancos Itaú BBA S.A., no Brasil e nos Estados Unidos. Durante esse período, participou de algumas das principais transações de mercado de capitais, fusões, aquisições e reorganizações societárias realizadas na América Latina. Em 2016 e 2017 foi um fellow da Universidade de Harvard no Programa Advanced Leadership Initiative em Cambridge, Estados Unidos. Durante o segundo semestre de 2017, fez parte da Equipe de Ensino do curso "Exercising Leadership: The Politics of Change" da Harvard Kennedy School. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Gerdau S.A., membro do Conselho de Administração da Metalurgica Gerdau S.A. e membro do Conselho de Administração da M. Dias Branco S.A. Foi eleito em 2018 membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, cargo que ocupa atualmente. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.</p>									

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Frederico Trajano Inácio Rodrigues Diretor Presidente	253.929.608-47	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Frederico Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	253.929.608-47	Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Fabício Bittar Garcia Diretor	212.460.718-94	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Flávia Bittar Garcia Faleiros Diretora	219.580.708-31	Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18	

Observação

Administrador do emissor ou controlada

Fabício Bittar Garcia Diretor	212.460.718-94	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
----------------------------------	----------------	---------------------	--

Pessoa relacionada

Franco Bittar Garcia Diretor	219.466.798-95	Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18
---------------------------------	----------------	----------------------------------	--------------------

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Exercício Social 31/12/2019

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2019			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luiza Participações S.A. Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.	00.835.086/0001-72		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Carlos Renato Donzelli Membro do Conselho de Administração	122.456.288-70	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Controle	Controlador Indireto

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LTD Administração e Participações S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.	66.117.474/0001-26		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo José Ferreira e Silva Vice-Presidente do Conselho de Administração	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo José Ferreira e Silva Vice-Presidente do Conselho de Administração	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizaseg Seguros S.A. Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta	07.746.953/0001-42		
<u>Observação</u>			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luiza Participações S.A. Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.	00.835.086/0001-72		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Carlos Renato Donzelli Membro do Conselho de Administração	122.456.288-70	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LTD Administração e Participações S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.	66.117.474/0001-26		
<u>Observação</u>			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Cargo/Função

Administrador do Emissor

Marcelo José Ferreira e Silva
Vice-Presidente do Conselho de Administração

018.752.214-68

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta

02.206.577/0001-80

Observação

Administrador do Emissor

Marcelo José Ferreira e Silva
Vice-Presidente do Conselho de Administração

018.752.214-68

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Luizaseg Seguros S.A.
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta

07.746.953/0001-42

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Cargo/Função

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues
Presidente do Conselho de Administração

052.571.868-02

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Luiza Participações S.A.	00.835.086/0001-72		
Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Fabício Bittar Garcia Diretor Vice-Presidente	212.460.718-94	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18		
Diretor Vice-Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora direta.			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Frederico Trajano Inácio Rodrigues Diretor Presidente	253.929.608-47	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42		
Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Fabício Bittar Garcia Diretor Vice-Presidente	212.460.718-94	Controle	Controlador Direto

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LTD Administração e Participações S.A. Membro do Conselho de Administração, nossa controladora direta.	66.117.474/0001-26		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabício Bittar Garcia Diretor Vice-Presidente	212.460.718-94	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Carlos Renato Donzelli Membro do Conselho de Administração	122.456.288-70	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
LTD Administração e Participações S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.	66.117.474/0001-26		
Observação			

Administrador do Emissor			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Luizaseg Seguros S.A. Presidente do Conselho de Administração, nossa controlada direta	07.746.953/0001-42		
Observação			

Administrador do Emissor			
José Antônio Palamoni Membro do Conselho de Administração	202.536.998-00	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
LTD Administração e Participações S.A. Diretor Executivo, nossa controladora direta.	66.117.474/0001-26		
Observação			

Administrador do Emissor			
José Antônio Palamoni Membro do Conselho de Administração	202.536.998-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Luiza Administradora de Consórcios Ltda. Diretor, nossa controlada direta.	60.250.776/0001-91		

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			

Administrador do Emissor Marcelo José Ferreira e Silva Vice-Presidente do Conselho de Administração	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
Observação			

Administrador do Emissor Marcelo José Ferreira e Silva Vice-Presidente do Conselho de Administração	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Luizaseg Seguros S.A. Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta	07.746.953/0001-42		
Observação			

Administrador do Emissor Roberto Bellissimo Rodrigues Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	251.674.028-08	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
Observação			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Maria Isabel Bonfim de Oliveira Diretora de Administração e Controle	046.688.188-60	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizaseg Seguros S.A. Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta	07.746.953/0001-42		
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor

ANEXO IV

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(conforme artigo 12, inciso II, da Instrução CVM 481)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

As nossas diretrizes de remuneração para os membros do Conselho de Administração, de nossos diretores estatutários e diretores não estatutários (em conjunto, “Diretores”) tem como objetivo garantir possibilidade de oportunidades de desenvolvimento, o equilíbrio entre as metas da organização, a estratégia de nossos negócios e as práticas do mercado. Essas diretrizes visam a retribuição do desempenho de nossos Administradores e lhes recompensar pelas metas alcançadas. Estabelecemos a nossa remuneração com base em pesquisas realizadas no mercado.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração fixa e variável adotada, bem como as indicações de eventuais benefícios recebidos pelos nossos Administradores são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração.

Conselho da Administração

Os membros do conselho de administração recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado, para atuar na definição, desenvolvimento e acompanhamento das estratégias da Companhia. Os honorários são iguais para todos os membros, com exceção dos honorários do presidente e vice-presidente, que são diferenciados, bem como de um membro efetivo que não faz jus a remuneração por honorários fixos mensais.

Não obstante o acima, um dos nossos membros do Conselho de Administração faz jus à remuneração baseada em ações prevista no nosso plano de opção de compra.

Diretoria

A remuneração dos Diretores é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e remuneração variável, um prêmio pelo desempenho pessoal. Adicionalmente, a critério do nosso Conselho de Administração, poderá ser concedido a eles remuneração baseada em ações de nossa emissão. Além disso, nossos Diretores recebem benefícios conforme prática de mercado como, por exemplo, carro (somente Diretores estatutários), telefone, plano de saúde e vale refeição. Ademais, parte de nossos Diretores está sob regime celetista.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem o mínimo estabelecido pelo artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Comitês

Os membros independentes e os externos do Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital, que não são membros do nosso Conselho de Administração, recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento da remuneração total segue descrita abaixo:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	81,66%	8,63%	82,55%
Benefícios	0,00%	0,21%	0,00%
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	16,33%	6,84%	17,45%
Remuneração Variável	Não há	34,96%	Não há
Remuneração Baseada em Ações	Não há	Não há	Não há
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	81,34%	19,40%	82,87%
Benefícios	0,00%	0,46%	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	16,27%	6,872%	17,13%
Remuneração Variável	Não há	55,57%	Não há
Remuneração Baseada em Ações	Não há	0,00%	Não há
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	77,82%	26,25%	82,86%
Benefícios	0,66%	0,66%	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	15,56%	8,80%	17,14%
Remuneração Variável	Não há	55,65%	Não há
Remuneração Baseada em Ações	5,95%	8,65%	Não há

Total	100,00%	100,00%	100,00%
-------	---------	---------	---------

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia específica de cálculo da remuneração. O reajuste da remuneração dos nossos Administradores se dá após a sua comparação com o mercado, quando fazemos pesquisas para avaliar a necessidade de eventual reajuste.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo para melhoria da nossa gestão e a retenção dos executivos, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazos.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável dos diretores estatutários é estabelecida anualmente e está atrelada a metas que são desdobradas das intenções estratégicas da Companhia, e considera os resultados corporativos, os resultados individuais e a avaliação comportamental.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável de remuneração está vinculada (i) às metas corporativas, (ii) às metas individuais e (iii) à avaliação comportamental.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração descrita acima procura incentivar os nossos Administradores a buscar maior rentabilidade aos nossos investimentos em projeto diversos.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Nos 12 (doze) meses imediatamente seguintes à alienação do controle da Companhia, caso qualquer dos Administradores seja destituído do seu cargo sem que tenha violado um de seus

deveres ou atribuições, as opções detidas por tal administrador destituído, ainda que no curso do prazo de carência previsto no plano de opções, tornar-se-ão imediatamente exercíveis.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

Para definir a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional analisam pesquisas de mercado e, se for o caso, contratam empresas de consultoria especializadas no tema.

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

O Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional assessora o Conselho de Administração na avaliação e definição da remuneração dos administradores, emitindo seu parecer e fazendo as recomendações para a tomada de decisão do Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

O Conselho de Administração e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional analisam pesquisas de mercado e, se for o caso, contratam empresas de consultoria especializadas no tema, bem como avaliam as práticas de remuneração do segmento de varejo.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

A avaliação é feita anualmente.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 (estimado) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	7,00	6,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.392.000	7.477.200	360.000	12.229.200
Benefícios diretos e indiretos	0	175.690	0	175.690
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	878.400	4.410.231	72.000	5.360.631
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$ 4.306.071 informado no campo "Outros", R\$ 3.447.695 corresponde ao INSS patronal e R\$ 962.536 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	0
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	10.000.000	0	10.000.000
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	49.697.218	0	49.697.218
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	
Total da remuneração	5.270.400	71.760.339	432.000	77.462.739

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.822.000	6.470.754	300.536	10.593.290
Benefícios diretos e indiretos	0	157.224	0	157.224
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	764.400	5.130.016	63.529	5.957.945
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$ 5.130.016 informado no campo "Outros", R\$ 4.050.532 corresponde ao INSS patronal e R\$ 1.079,484 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	0
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	26.227.558	0	26.227.558
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	93.835	37.025.467	0	37.119.302
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 03/2019	
Total da remuneração	4.680.235	75.011.019	364.064	80.055.319

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.194.000	5.387.602	300.536	8.882.138
Benefícios diretos e indiretos	0	126.667	0	126.667
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	638.800	1.908.086	62.106	2.608.992
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$ 1.908.086 informado no campo "Outros", R\$ 1.520.758 corresponde ao INSS patronal e R\$ 387.328 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	15.430.220	0	15.430.220
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego				0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	93.835	4.913.353	0	5.007.188
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019	
Total da remuneração	3.926.635	27.765.929	362.641	32.055.205

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	07	04	03	14
Nº de membros remunerados	6,67	04	03	13,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.456.000,00	4.245.219,00	300.536,00	7.001.755,00
Benefícios diretos e indiretos	20.939,00	106.022,00	0,00	126.961,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	491.200,00	1.422.492,00	62.187,00	1.975.879,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$1.422.492,00 informado no campo "Outros", R\$1.102.142,00 corresponde ao INSS patronal e R\$320.350,00 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	9.000.000,00	0,00	9.000.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	187.670,00	1.399.791,00	0,00	1.587.461,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018	
Total da remuneração	3.155.808,00	16.173.524,00	362.723,00	19.692.056,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2020 (estimado)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	4	3	14
Nº de membros remunerados	7	4	3	14
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 10.000.000,00	Não há	R\$ 10.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 10.000.000,00	Não há	R\$ 10.000.000,00

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 31.473,070,06	Não há	R\$ 31.473,070,06
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 26.227,558,38	Não há	R\$ 26.227,558,38

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor efetivamente reconhecido	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 18.516.264,00	Não há	R\$ 18.516.264,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 15.430.220,00	Não há	R\$ 15.430.220,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não há	R\$ 15.430.220,00	Não há	R\$ 15.430.220,00

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 9.000.000,00	Não há	R\$ 9.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 5.500.000,00	Não há	R\$ 5.500.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não há	R\$ 9.000.000,00	Não há	R\$ 9.000.000,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Plano 2011

O nosso plano de opção de ações ordinárias de nossa emissão (“**Plano 2011**”) foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2011 e extinto em 20 de abril de 2017. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão (“**Opções**”), nos termos do Plano 2011, os administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas (“**Pessoas Elegíveis**”).

O Plano 2011 é administrado pelo nosso Conselho de Administração, o qual poderá, observadas as disposições legais pertinentes, constituir um comitê (“**Comitê**”). O Conselho de Administração e o Comitê, conforme o caso e na medida em que for permitido por lei e pelo nosso Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2011, incluindo(a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Plano 2011, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano 2011; (b) o estabelecimento de metas relacionadas o desempenho das Pessoas Elegíveis, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; e (d) emissão de novas ações de nossa emissão dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações de nossa emissão em tesouraria, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano 2011. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano 2011, podendo tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob controle da Companhia que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia e analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano 2011.

Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano 2011, fixando o preço de exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

A outorga de Opções, nos termos do Plano 2011, é realizada mediante a celebração de Contratos de Opção entre a Companhia e os Beneficiários (“**Contrato de Opção**”), os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o Preço de Exercício e condições de pagamento.

Cada Opção dará direito ao Beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Contrato de Opção.

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas. As Opções outorgadas, nos termos do Plano 2011, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Plano 2017

O nosso plano de incentivo atrelado às ações de emissão da Companhia (“**Plano 2017**”) foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017. De acordo com suas disposições, o Plano 2017 tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração (“**Programa**”), sendo elegíveis a participar do Plano 2017 e dos Programas os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades coligadas e controladas (“**Beneficiários**”).

O Plano 2017 será administrado pelo nosso Conselho de Administração e na medida em que for permitido por lei e pelo nosso Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2017, incluindo (a) eleger, a seu exclusivo critério, os Beneficiários que farão jus aos incentivos concedidos pelos Programas que serão instituídos no âmbito do Plano 2017; (b) tomar as medidas necessárias para a administração do Plano 2017 e dos Programas, inclusive quanto à interpretação e aplicação de suas disposições; (c) decidir quanto às datas de concessão dos incentivos atrelados a ações no âmbito dos Programas; (d) determinar as consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos acerca dos incentivos afetando os respectivos Beneficiários nos casos de desligamento, falecimento, invalidez permanente, aposentadoria e/ou dissolução e/ou liquidação da Companhia; (e) decidir quanto aos direitos dos Beneficiários em razão de cada um dos Programas; (f) deliberar e decidir acerca dos termos e condições dos Programas e aprovar os Programas, bem como seus respectivos regulamentos e contratos de adesão; (g) aprovar a emissão de novas ações no limite do capital autorizado da Companhia ou autorizar a utilização de ações em tesouraria para cumprimento dos termos deste Plano 2017 e dos Programas; (h) aditar os regulamentos dos Programas e respectivos Contratos de Adesão (abaixo definido); e (i) alterar ou extinguir os Programas. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano 2017, podendo tratar de maneira diferenciada os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades coligadas e/ou controladas da Companhia que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia e analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano 2017.

A outorga dos incentivos a cada Beneficiário, nos termos do Plano 2017, é realizada mediante a celebração de contratos de adesão entre a Companhia e o respectivo Beneficiário, os quais deverão fixar todos os termos e condições de cada incentivo, conforme previsto no respectivo Programa (“**Contratos de Adesão**”).

1º Programa de *Matching* de Ações

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 28 de junho de 2017, o nosso 1º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – *Matching* de Ações (“**1º Programa de *Matching* de Ações**”) instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos diretores elegíveis ao Programa (“**Beneficiários do 1º Programa de *Matching* de Ações**”).

O 1º Programa de *Matching* de Ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe tomar as decisões relativas ao Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

2º Programa de *Matching* de Ações

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 28 de março de 2018, o nosso 2º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – *Matching* de Ações (“**2º Programa de *Matching* de Ações**”) instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos diretores elegíveis ao Programa (“**Beneficiários do 2º Programa de *Matching* de Ações**”).

O 2º Programa de *Matching* de Ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe tomar as decisões relativas ao Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

3º Programa de *Matching* de Ações

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 1º de abril de 2019, o nosso 3º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – *Matching* de Ações (“**3º Programa de *Matching* de Ações**”) instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos diretores elegíveis ao Programa (“**Beneficiários do 3º Programa de *Matching* de Ações**”).

O 3º Programa de *Matching* de Ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe tomar as decisões relativas ao Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

1º Programa de *Performance Shares*

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 20 de abril de 2019, o 1º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – *Performance Shares* (“**1º Programa de *Performance Shares***”) instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos seus beneficiários (“**Beneficiários do 1º Programa de *Performance Shares***”).

O 1º Programa de *Performance Shares* é um mecanismo de incentivo de longo prazo para os Beneficiários do 1º Programa de *Performance Shares* administrado pelo Conselho de Administração da Companhia que visa (i) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos *administradores e empregados em geral*, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia; e (iii) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de suas metas empresariais e a consecução dos seus objetivos sociais, alinhado aos interesses de seus acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos Beneficiários do 1º Programa de *Performance Shares*.

(b) principais objetivos do plano

Plano 2011

Os objetivos principais do nosso Plano 2011 são os seguintes: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano 2011; e (c) possibilita-nos e a outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter vinculados aos Beneficiários.

Plano 2017

Os objetivos principais do nosso Plano 2017 são os seguintes: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano 2017; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos Beneficiários.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Plano 2011

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento das Opções ainda estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano 2011.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

Plano 2017

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento dos incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano 2017.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Plano 2011

O Plano 2011 insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano 2011, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Plano 2017

O Plano 2017 insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a recompensa para os nossos executivos. Porém, os Programas não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Plano 2011

As outorgas realizadas com base no Plano 2011 trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

Plano 2017

Os incentivos realizados com base no Plano 2017 trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

(f) número máximo de ações abrangidas

Plano 2011

As ações obtidas mediante o exercício das Opções outorgadas no âmbito do plano não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano 2011, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

Plano 2017

As ações a serem concedidas no âmbito do Plano 2017 e dos Programas não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano 2017, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Plano 2011

Conforme o item (f) acima, o total de Opções outorgadas no âmbito do Plano 2011 não pode ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano 2011, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

Plano 2017

Conforme o item (f) acima, o total de ações a serem concedidas no âmbito do Plano 2017 e dos Programas não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano 2017, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

(h) condições de aquisição de ações

Plano 2011

O Conselho de Administração tem competência para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano 2011, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas atais Opções.

Plano 2017

O nosso Conselho de Administração tem competência para implementar os Programas em seu favor, estabelecendo todas as condições dos Programas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a implementação dos Programas, elegendo os Beneficiários que farão jus aos incentivos concedidos pelos Programas, fixando o preço de exercício das opções de compra de ações de nossa emissão, as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício e impondo quaisquer outras condições relativas aos Programas.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano 2011

Conforme o Plano 2011, o preço de exercício das opções outorgadas será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, quando da outorga das Opções e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados.

Para o exercício de 2012, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado pelo preço da ação na abertura de capital (IPO), com o desconto de 15%, que é o mesmo desconto para aquisição das ações concedido aos funcionários. Para o exercício de 2013, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado mediante cálculo da média da cotação das ações de nossa emissão dos últimos 6 (seis) meses imediatamente anteriores a data de outorga.

Nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 não houve outorga de opções de ações.

Plano 2017

Conforme o Plano 2017, o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano 2017 será fixado pelo Conselho de Administração, quando da implementação dos Programas e outorga das opções de compra de ações de nossa emissão e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados.

1º Programa de *Matching* de Ações

Conforme o 1º Programa de *Matching* de Ações, os Beneficiários poderão adquirir ações ordinárias da Companhia listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo valor de R\$184,46, valor este correspondente à média ponderada das ações nos 30 pregões ocorridos no período entre 01/03/2017 e 11/04/2017.

Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários 1º Programa de *Matching* de Ações, a Companhia outorgará aos Beneficiários do 1º Programa de *Matching* de Ações o direito de receber, gratuitamente, 3 (três) ações ordinárias da Companhia. Neste sentido, o preço de exercício no âmbito do 1º Programa de *Matching* de Ações não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

2º Programa de *Matching* de Ações

Conforme o 2º Programa de *Matching* de Ações, os Beneficiários poderão adquirir ações ordinárias da Companhia listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo valor de R\$ 71,73, valor este correspondente a 80% da média ponderada das ações nos 30 pregões ocorridos no período entre 14/02/2018 e 27/03/2018.

Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários 2º Programa de *Matching* de Ações, a Companhia outorgará aos Beneficiários do 2º Programa de *Matching* de Ações o direito de receber, gratuitamente, 3 (três) ações ordinárias da Companhia. Neste sentido, o preço de exercício no âmbito do 2º Programa de *Matching* de Ações não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

3º Programa de *Matching* de Ações

Conforme o 3º Programa de *Matching* de Ações, os Beneficiários poderão adquirir ações ordinárias da Companhia listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo valor de R\$ 139,53, valor este correspondente a 80% da média ponderada das ações nos 30 pregões ocorridos no período entre 14/02/2019 e 29/03/2019.

Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários 3º Programa de *Matching* de Ações, a Companhia outorgará aos Beneficiários do 3º Programa de *Matching* de Ações o direito de receber, gratuitamente, 3 (três) ações ordinárias da Companhia. Neste sentido, o preço de exercício no âmbito do 3º Programa de *Matching* de Ações não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

1º Programa de *Performance Shares*

Conforme o 1º Programa de *Performance Shares*, os Beneficiários do 1º Programa de *Performance Shares* poderão receber ações ordinárias da Companhia nos respectivos períodos de carência.

O preço de exercício no âmbito do 1º Programa de *Performance Shares* não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Plano 2011

Conforme o Plano 2011, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

Dessa forma, foi definido que as Opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o Beneficiário permaneça ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia entre a data da outorga e as datas especificadas a seguir: (a) no caso de exercício do Programa 1 da 1ª Outorga, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas no ato da outorga e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) das Opções, a partir de 1º de março de 2012, poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; (b) para o Programa 2 da 1ª Outorga, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; e (c) para todos os contratos da 2ª Outorga, 25% (vinte e cinco por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2014 e, a partir desta data, adicionais 25% (vinte e cinco por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia. Tais Opções, quando exercidas, serão liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia.

Plano 2017

O nosso Conselho de Administração tem competência para administrar o Plano 2017 e os Programas a serem instituídos e aprovar todas as decisões relativas ao Plano 2017 e aos Programas. O Conselho de Administração estabelecerá os termos e condições dos Programas a serem instituídos, incluindo os critérios para fixação do prazo de exercício das opções de compra de ações de nossa emissão a serem outorgadas.

(k) forma de liquidação

Plano 2011

Nos termos da cláusula 6.2 do Plano 2011, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

Plano 2017

Nos termos da cláusula 5.5(g) do Plano 2017, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

(l) restrições à transferência das ações

Plano 2011

Nos termos do nosso Plano 2011, caberá ao nosso Conselho de Administração ou Comitê impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para nós opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

Plano 2017

Nos termos do nosso Plano 2017, caberá ao nosso Conselho de Administração impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções outorgadas.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano 2011

O Plano 2011 foi extinto em 1º abril de 2017. O término de vigência do Plano 2011 não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas anteriormente com base no referido Plano.

Contudo, deve-se ressaltar que o Plano 2011 extinguir-se-á automaticamente, sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano 2011 ou em Contrato de Opção, cessando-se todos os seus direitos e efeitos, nos seguintes casos: a) mediante o seu exercício integral; b) após o decurso do prazo de vigência da Opção; c) mediante o distrato do Contrato de Opção; d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou e) nas hipóteses previstas no item n), abaixo.

Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras negociações.

Porém, caso necessário, para dar fiel execução à eventual Opção firmada, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado no Estatuto Social, ou alienar ações mantidas em tesouraria.

Ainda, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

Plano 2017

O Plano 2017 entrou em vigor na data de sua aprovação pela nossa Assembleia Geral e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da nossa Assembleia Geral. O término de vigência do Plano 2017 não afetará a eficácia dos incentivos ainda em vigor nos termos dos respectivos regulamentos de cada Programa.

Nos termos do nosso Plano 2017, o nosso Conselho de Administração terá total autonomia na administração e estruturação dos Programas, dispondo dos poderes necessários para alterá-los ou extingui-los.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano 2011

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano 2011 poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo, se o beneficiário (a) desligar-se de nossos quadros por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de

pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, sendo que, se o desligamento ocorrer dentro do prazo de 12(doze) meses após uma mudança no nosso controle acionário, tais direitos tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se de nossos quadros por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se de nossos quadros por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.

Plano 2017



O nosso Conselho de Administração determinará as consequências e procedimentos relativos a perda de direitos acerca dos incentivos afetando os respectivos Beneficiários nos casos de desligamento, por qualquer motivo, falecimento, invalidez permanente, aposentadoria e dissolução ou liquidação da Companhia.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

	Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020)			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	07	04	04	04
Nº de membros remunerados	0	04	04	04
Preço médio ponderado de exercício:	-	1ª Outorga "Matching"	2ª Outorga "Matching"	1ª Outorga "Performance"
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,13%	0,07%	0,62%

	Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
Nº total de membros	07	06	06	06	06
Nº de membros remunerados	01	04	06	06	06
Preço médio ponderado de exercício:	1ª Outorga "SOP"	1ª Outorga "SOP"	1ª Outorga "Matching"	2ª Outorga "Matching"	1ª Outorga "Performance"
(a) das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 1,70	R\$ 1,36	-	-	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	R\$ 2,34	-	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,11%	0,24%	0,13%	0,07%	0,62%

	Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	07	04	04	04
Nº de membros remunerados	01	04	04	04
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga "SOP"	1ª Outorga "SOP"	1ª Outorga "Matching"	2ª Outorga "Matching"
Data de outorga	04/01/2012	04/01/2012	29/06/2017	05/04/2018
Quantidade de opções outorgadas	116.563	484.902	200.640	115.476
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	20% 30/04/2019 20% 30/04/2020 30% 30/04/2021 30% 30/04/2022	20% 06/04/2020 20% 06/04/2021 30% 06/04/2022 30% 06/04/2023
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	04/01/2020	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 20,27	R\$ 20,27	-	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 21,09	R\$ 21,09	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	R\$ 6,44	R\$ 6,44	R\$ 31,06 (preço de fechamento)	R\$ 98,42 (preço de fechamento)
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,06%	0,25%	0,11%	0,06%

	Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	07	04	04
Nº de membros remunerados	2,83	04	04
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga	1ª Outorga	1ª Outorga "Matching"
Data de outorga	04/01/2012	04/01/2012	29/06/2017
Quantidade de opções outorgadas	233.126	484.902	200.640
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	30/04/2019 30/04/2020 30/04/2021 30/04/2022
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	04/01/2020	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 19,69	R\$ 19,69	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 20,00	R\$ 20,03	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	R\$ 6,44	R\$ 6,44	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,12%	0,25%	0,11%

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	06
Nº de membros remunerados	01	04
Opções ainda não exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Data em que se tomarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	29/10/2025	29/10/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 1,18	R\$ 1,18
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 0,76	R\$ 0,76
Opções exercíveis		
Quantidade	141.232	1.193.016
Prazo máximo para exercício das opções	29/10/2025	29/10/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 1,18	R\$ 1,18
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 0,76	R\$ 0,76
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	R\$ 106.983,24	R\$ 903.709,62

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

31/12/2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	6,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Opções exercidas		
Número de ações	0	1.308,544
Preço médio ponderado de exercício	0,00	2,34
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	22,68
Ações entregues		
Número de ações entregues	0	565.568
Preço médio ponderado de aquisição	0	2,88
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	20,51

31/12/2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	1,00	4,00
Opções exercidas		
Número de ações	84.488	143.972
Preço médio ponderado de exercício	13,59	19,07
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	85,82	74,63
Ações entregues		
Número de ações entregues	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	0

31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	07	04
Nº de membros remunerados	2,83	04
Opções exercidas		
Número de ações	473.652	376.248
Preço médio ponderado de exercício	R\$15,94	R\$17,55
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$35,07	R\$44,56
Ações entregues		
Número de ações entregues	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	0

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

Plano 2011

Nos últimos três exercícios sociais, precificamos as opções com o modelo de precificação da Black & Scholes. Quando relevante, a expectativa de vida de nossas opções foi ajustada com base na melhor estimativa da nossa administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício e aspectos comportamentais.

Plano 2017

Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações de “*matching*” é o valor de fechamento da data de outorga.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano 2011

São utilizadas as seguintes premissas em nosso modelo de precificação da Black & Scholes:

Premissa	1ª Outorga	2ª Outorga
Expectativa de vida média das opções ⁽¹⁾	5,5 anos	5,5 anos
Volatilidade média atualizada	43,5%	37,98%
Taxa de juros livre de risco	10%	5,92%
Valor justo das opções concedidas	R\$ 6,44	R\$ 6,06
Preço do exercício	R\$13,60	R\$9,45
Prazo de vida das opções	08 anos	12 anos

⁽¹⁾ Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o *turnover* médio dos beneficiários do plano.

Plano 2017

1º Programa de *Matching* de Ações

Foram outorgadas em 29 de junho de 2017, 551.448 ações (após desdobramento) em forma de *matching* aos beneficiários do programa, sendo que 20% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 30 de abril de 2019; 20% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2020; 30% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2021 e 30% serão transferidas após 30 de abril de 2022.

2º Programa de *Matching* de Ações

Foram outorgadas em 28 de março de 2018, 292.293 ações em forma de *matching* aos beneficiários do programa, sendo que 20% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 05

de abril de 2020; 20% das ações serão transferidas após 05 de abril de 2021; 30% das ações serão transferidas após 05 de abril de 2022 e 30% serão transferidas após 05 de abril de 2023.

3º Programa de *Matching* de Ações

Foram outorgadas em 1º de abril de 2019, 93.624 ações em forma de *matching* aos beneficiários do programa, sendo que 20% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 04 de abril de 2021; 20% das ações serão transferidas após 04 de abril de 2022; 30% das ações serão transferidas após 04 de abril de 2023 e 30% serão transferidas após 04 de abril de 2024.

1º Programa de *Performance Shares*

Serão utilizadas até 1.344.394 ações para atender o 1º Programa de *Performance Shares*, que representam 0,71% do capital social da Companhia.

As metas serão apuradas anualmente, conforme a seguir (“**Período de Apuração**”), sendo que cada Período de Apuração corresponderá a 20% do total da premiação definida para cada Beneficiário do 1º Programa de *Performance Shares*: (i) Período 1: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019; (ii) Período 2: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2020; (iii) Período 3: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2021; (iv) Período 4: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2022; e (v) Período 5: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2023.

Para cada Período de Apuração, o lote de ações correspondente a cada Beneficiário será definido pelo percentual de alcance das metas, respeitando os limites mínimos e máximos estabelecidos na tabela abaixo:

Média Ponderada da Meta	% da Premiação Alvo
Até 80%	Zero
Entre 80,1 e 100%	Proporcional ao alcance da Média Ponderada da Meta (ex: 90% da meta = 90% da Premiação Alvo)
Acima de 100%	Limitado a 100% da Premiação Alvo

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado sem autorização de nossos órgãos societários competente, e este é responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados do eventual exercício antecipado.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Plano 2011

Por ser uma entidade recém listada à época de Outorga dos Programas, a volatilidade histórica também não expressa suficiente informação sobre a volatilidade das ações, tendo em vista, inclusive, os prazos contratuais de exercício das opções. Dessa forma, a Companhia utilizou como estimativa a média do histórico anual das empresas do mesmo setor da Companhia.

Plano 2017

Não aplicável.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, todas as características já estão descritas neste item 13.8.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Companhia		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	123.592	0,01%
Diretoria Estatutária	1.230.168	0,05%
Conselho Fiscal	128	0,00%

Luiza Participações S.A.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	64.840.816	50,00%
Diretoria Estatutária	-	-
Conselho Fiscal	-	-

Wagner Garcia Participações S/A		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	34.454.865	33,33%
Conselho Fiscal	-	-

Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	1	0,00%
Conselho Fiscal	-	-

Magalu Pagamentos Ltda.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	1	1,00%
Conselho Fiscal	-	-

Donatelo Desenvolvimento De Software E Marketing Digital Ltda. – ME		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	1	0,01%
Conselho Fiscal	-	-

Magalu Log Serviços Logísticos Ltda.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)

Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	1	0,01%
Conselho Fiscal	-	-

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº total de membros	6,00	4,00	4,00	7,00	7,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	4,00	7,00	7,00	6,67	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	20.391.533,30	8.926.346,96	5.615.138,84	1.886.400,00	1.584.000,00	1.584.000,00	121.354,77	120.880,38	120.907,68
Valor da menor remuneração (Reais)	2.357.924,31	2.905.153,76	2.811.045,48	374.400,00	316.800,00	176.000,00	121.354,77	120.880,38	120.907,68
Valor médio da remuneração (Reais)	12.501.836,55	6.941.482,13	4.043.381,03	668.604,99	560.947,84	450.829,77	121.354,77	120.880,38	120.907,68

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Órgão	2019	2018	2017
Conselho de Administração	42,31%	42,73%	56,14%
Diretoria Estatutária	13,32%	5,67%	20,58%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício social 2019 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 367.345,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 367.345,93
Controladas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 2.029.029,42	R\$ 0,00	R\$ 942.975,05	R\$ 2.972.004,53

Exercício social 2018 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 5.349.853,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.349.853,27
Controladas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 1.932.409,03	R\$ 0,00	R\$ 898.071,47	R\$ 2.830.480,51

Exercício social 2017 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em sociedades sobre controle comum

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Controladas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 2.533.862,95	R\$ 0,00	R\$ 396.391,21	R\$ 2.930.254,16

Não houve pagamento de remuneração para administradores e membros do conselho fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas em função do exercício do cargo na Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Comitês

Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*: 03 (três) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro independente recebe remuneração mensal.

Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor: os membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro independente recebe remuneração mensal.

Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional: 02 (dois) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro externo recebe remuneração mensal.

Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital: os membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i).

Desdobramento de ações

Em 31 de julho de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o desdobramento da totalidade das 190.591.464 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 01 ação para 08 ações da mesma espécie, sem modificação do capital social, nos termos do artigo 17, alínea (i) do Estatuto Social da Companhia e do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações. O capital social da Companhia permaneceu no montante de R\$ 1.770.911.472,00, passando a ser dividido em 1.524.731.712 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em razão disso, o número de opções outorgadas e ainda não exercidas, para todos os planos, será desdobrado na mesma proporção, com reflexos no preço de exercício.